

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	24
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	25
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	26
Demonstração de Valor Adicionado	27

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	29
---	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	109
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	114
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	115
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	117

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	119
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	120

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	58.736.269
Preferenciais	44.206.287
Total	102.942.556
Em Tesouraria	
Ordinárias	157.800
Preferenciais	132.200
Total	290.000

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	10.995.068	9.951.832	5.753.874
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.330.079	3.866.462	1.347.598
1.01.01	Caixa	13.315	9.789	12.699
1.01.01.01	Caixa e Disponibilidades em Bancos	13.315	9.789	12.699
1.01.02	Aplicações de Liquidez	4.316.764	3.856.673	1.334.899
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.316.764	3.856.673	1.334.899
1.02	Ativos Financeiros	6.360.860	5.812.159	4.110.627
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	246.885	210.221	84.705
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	211.419	192.323	82.213
1.02.02.02	Derivativos	35.466	17.898	2.492
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	6.113.975	5.601.938	4.025.922
1.02.04.04	Operações de Crédito	6.199.868	5.680.507	4.092.006
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-85.893	-78.569	-66.084
1.03	Tributos	94.707	79.899	115.375
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	94.707	79.899	115.375
1.03.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	94.707	79.899	115.375
1.04	Outros Ativos	102.802	87.099	81.121
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	1.916	1.042	1.442
1.04.01.01	Outros Valores e Bens	2.523	1.672	2.296
1.04.01.02	(Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos)	-607	-630	-854
1.04.03	Outros	100.886	86.057	79.679
1.04.03.01	Outros Ativos	100.886	86.057	79.679
1.05	Investimentos	97.586	97.054	90.838
1.05.03	Participações em Controladas	97.544	97.020	90.803
1.05.04	Propriedades para Investimento	42	34	35
1.06	Imobilizado	7.697	7.865	6.922
1.06.01	Imobilizado de Uso	20.801	19.786	17.513
1.06.03	Depreciação Acumulada	-13.104	-11.921	-10.591

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.07	Intangível	1.337	1.294	1.393
1.07.01	Intangíveis	5.502	4.929	4.479
1.07.03	Amortização Acumulada	-4.165	-3.635	-3.086

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	10.995.068	9.951.832	5.753.874
2.01	Passivos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	115.819	243.719	382.086
2.01.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	115.819	243.719	382.086
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	9.640.881	8.507.019	4.189.264
2.02.01	Depósitos	9.638.424	8.502.167	4.181.571
2.02.01.02	Depósitos Interfinanceiros	9.638.424	8.502.167	4.181.571
2.02.04	Outras Captações	2.457	4.852	7.693
2.02.04.03	Obrigações por Repasse do País	2.457	4.852	7.693
2.03	Provisões	28.398	17.551	22.782
2.03.01	Passivos Contingentes e Obrigações Legais	28.398	17.551	22.782
2.04	Passivos Fiscais	31.076	26.228	69.131
2.04.01	Obrigações Fiscais Diferidas	31.076	26.228	69.131
2.05	Outros Passivos	117.123	120.622	108.725
2.05.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.113	1.591	167
2.05.04	Sociais e Estatutárias	18.540	17.924	16.338
2.05.05	Fiscais e Previdenciárias	13.484	23.604	7.154
2.05.06	Negociação e Intermediação de Valores	0	27	0
2.05.07	Despesa de Pessoal	19.837	18.704	16.053
2.05.08	Outros	64.149	51.166	59.047
2.05.09	Resultados de Exercícios Futuros	0	7.606	9.966
2.07	Patrimônio Líquido	1.061.771	1.036.693	981.886
2.07.01	Capital Social Realizado	517.001	489.598	473.930
2.07.01.01	De Domiciliado no País	489.638	463.686	448.846
2.07.01.02	De Domiciliados no Exterior	27.363	25.912	25.084
2.07.02	Reservas de Capital	2.692	2.692	2.692
2.07.04	Reservas de Lucros	542.078	544.403	505.264
2.07.04.01	Reserva Legal	77.086	74.787	70.984
2.07.04.02	Reserva Estatutária	464.992	469.616	434.280

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	1.277.634	640.236	475.993
3.01.01	Operações de Crédito	905.153	422.900	479.876
3.01.03	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	335.193	93.312	49.700
3.01.04	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	36.674	122.431	-62.891
3.01.06	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	614	1.593	9.308
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-925.071	-290.060	-182.594
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-885.167	-249.149	-149.262
3.02.02	Operações Empréstimos, Cessões e Repasses	-389	-337	-375
3.02.05	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	0	-3	-35
3.02.06	Provisão para Perda Esperada Associadas ao Risco de Crédito	-39.515	-40.571	-32.922
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	352.563	350.176	293.399
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-276.857	-234.319	-218.790
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	59.421	56.236	47.264
3.04.02.01	Receitas de Prestação de Serviços	58.052	55.123	46.285
3.04.02.02	Receitas de Tarifas Bancárias	1.369	1.113	979
3.04.03	Despesas com Pessoal	-153.274	-147.509	-125.409
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-88.726	-78.995	-86.113
3.04.05	Despesas Tributárias	-24.234	-22.413	-19.621
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	4.928	8.022	9.631
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-76.131	-57.814	-46.200
3.04.07.01	Provisões com Contingências Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	-34.675	-18.413	-5.575
3.04.07.02	Outras Despesas Operacionais	-44.336	-43.396	-40.728
3.04.07.03	Resultado Não Operacional	2.880	3.995	103
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	1.159	8.154	1.658
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	75.706	115.857	74.609
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-14.886	-33.549	-18.429
3.06.01	Corrente	-24.847	-40.976	-18.185
3.06.02	Diferido	9.961	7.427	-244

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	60.820	82.308	56.180
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	60.820	82.308	56.180
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-14.850	-6.249	-5.682
3.10.01	Participações	-14.850	-6.249	-5.682
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	45.970	76.059	50.498
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	0,44782	0,74094	0,49193

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	45.970	76.059	50.498
4.04	Resultado Abrangente do Período	45.970	76.059	50.498

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	486.269	2.540.621	1.351.271
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	109.634	117.641	83.762
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	60.856	109.608	68.926
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	48.778	8.033	14.836
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	376.635	2.422.980	1.267.509
6.01.02.02	(Aum.)Red.em Títulos e Valores Mobiliários	-19.096	-110.110	727.905
6.01.02.03	(Aum.) Red. Intrumentos Financeiros Derivativos	-17.568	-15.406	5.737
6.01.02.05	(Aum.)Red.Operações de Crédito	-519.361	-1.588.501	905.748
6.01.02.06	(Aum.)Red.Outros Ativos	-15.107	-4.634	9.073
6.01.02.07	(Aum.)Red.Alienação de Bens Não de Uso Próprio	0	0	-1.251
6.01.02.08	(Aum.)Red.Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	0	0	935
6.01.02.10	(Aum.) Red. Provisões para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	-32.191	-28.086	-28.499
6.01.02.11	Aum.(Red.) Depósitos	1.136.257	4.320.596	-274.138
6.01.02.15	Aum.(Red.) Obrigações por Empréstimos e Repasses	-2.395	-2.841	131
6.01.02.16	Aum.(Red.) Instrumentos Financeiros Derivativos	-127.900	-138.367	-75.029
6.01.02.17	Aum.(Red.) Contingências Tributárias, Trabalhista e Cíveis	-23.447	-20.335	-14.128
6.01.02.19	Pagamento de I.Renda e C.Social	-35.188	-25.361	-27.913
6.01.02.20	Outros Passivos	32.631	36.025	38.938
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-817	-1.738	-90.523
6.02.01	Aquisição de Investimentos	0	0	-89.145
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de Uso	-1.984	-3.082	-1.116
6.02.03	Aplicações no Intangível	-573	-450	-292
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	92	227	30
6.02.08	Divid. e Juros s/capital próprio recebido	1.648	1.567	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-21.835	-20.019	-23.921
6.03.01	Ações em tesouraria	0	0	-354
6.03.02	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-21.835	-20.019	-23.567
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	463.617	2.518.864	1.236.827

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.866.462	1.347.598	110.771
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.330.079	3.866.462	1.347.598

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	489.598	2.692	544.403	0	0	0	1.036.693
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	27.403	0	-27.403	0	-20.892	0	-20.892
5.04.01	Aumentos de Capital	27.403	0	-27.403	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-20.892	0	-20.892
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	45.970	0	45.970
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	45.970	0	45.970
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	25.078	0	-25.078	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	25.078	0	-25.078	0	0
5.07	Saldos Finais	517.001	2.692	542.078	0	0	0	1.061.771

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	473.930	2.692	505.264	0	0	0	981.886
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	15.668	0	-15.668	0	-21.252	0	-21.252
5.04.01	Aumentos de Capital	15.668	0	-15.668	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-21.252	0	-21.252
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	76.059	0	76.059
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	76.059	0	76.059
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	54.807	0	-54.807	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	54.807	0	-54.807	0	0
5.07	Saldos Finais	489.598	2.692	544.403	0	0	0	1.036.693

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	448.030	3.046	499.818	0	0	0	950.894
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	448.030	3.046	499.818	0	0	0	950.894
5.04	Transações de Capital com os Sócios	25.900	-354	-25.900	0	-19.152	0	-19.506
5.04.01	Aumentos de Capital	25.900	0	-25.900	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-354	0	0	0	0	-354
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-19.152	0	-19.152
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	50.498	0	50.498
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	50.498	0	50.498
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	31.346	0	-31.346	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	31.346	0	-31.346	0	0
5.07	Saldos Finais	473.930	2.692	505.264	0	0	0	981.886

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	1.305.348	667.918	500.069
7.01.01	Intermediação Financeira	1.277.634	640.236	475.993
7.01.02	Prestação de Serviços	59.421	56.236	47.264
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-39.515	-40.571	-32.922
7.01.04	Outras	7.808	12.017	9.734
7.01.04.01	Outras Receitas Operacionais	4.928	8.022	9.631
7.01.04.02	Resultado não Operacional	2.880	3.995	103
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-885.556	-249.489	-149.672
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-155.318	-128.214	-120.954
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-4.559	-4.516	-4.907
7.03.02	Serviços de Terceiros	-150.759	-123.698	-116.047
7.04	Valor Adicionado Bruto	264.474	290.215	229.443
7.05	Retenções	-2.591	-2.461	-2.258
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.591	-2.461	-2.258
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	261.883	287.754	227.185
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.159	8.154	1.658
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.159	8.154	1.658
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	263.042	295.908	228.843
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	263.042	295.908	228.843
7.09.01	Pessoal	147.426	133.737	114.152
7.09.01.01	Remuneração Direta	108.159	98.005	84.968
7.09.01.02	Benefícios	30.198	27.217	23.728
7.09.01.03	F.G.T.S.	9.069	8.515	5.456
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	59.818	75.983	54.989
7.09.02.01	Federais	56.532	72.848	52.198
7.09.02.02	Estaduais	0	5	6
7.09.02.03	Municipais	3.286	3.130	2.785
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	9.828	10.129	9.204

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.09.03.01	Aluguéis	9.364	8.698	8.421
7.09.03.02	Outras	464	1.431	783
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	45.970	76.059	50.498
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	20.892	21.252	19.152
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	25.078	54.807	31.346

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	13.402.157	11.181.967	9.320.851
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.601.517	3.997.100	1.349.100
1.01.01	Caixa	138	190	201
1.01.01.01	Caixa e Disponibilidades em Bancos	138	190	201
1.01.02	Aplicações de Liquidez	5.601.379	3.996.910	1.348.899
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.601.379	3.996.910	1.348.899
1.02	Ativos Financeiros	7.577.438	6.996.434	7.696.957
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	246.885	281.563	290.093
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	211.419	263.665	287.601
1.02.02.02	Derivativos	35.466	17.898	2.492
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	7.330.553	6.714.871	7.406.864
1.02.04.04	Operações de Crédito	7.315.453	6.757.060	7.452.963
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-71.621	-55.826	-53.562
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	86.721	13.637	7.463
1.03	Tributos	105.248	86.637	161.262
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	105.248	86.637	161.262
1.03.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	105.248	86.637	161.262
1.04	Outros Ativos	107.619	91.318	103.939
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	1.916	1.042	1.442
1.04.01.01	Outros Valores e Bens	2.523	1.672	2.296
1.04.01.02	(Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos)	-607	-630	-854
1.04.03	Outros	105.703	90.276	102.497
1.04.03.01	Outros Ativos	105.703	90.276	102.497
1.05	Investimentos	388	388	388
1.05.04	Outros Investimentos	388	388	388
1.06	Imobilizado	8.218	8.340	7.197
1.06.01	Imobilizado de Uso	21.909	20.763	18.197
1.06.03	Depreciação Acumulada	-13.691	-12.423	-11.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.07	Intangível	1.729	1.750	2.008
1.07.01	Intangíveis	6.660	5.989	5.519
1.07.03	Amortização Acumulada	-4.931	-4.239	-3.511

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	13.402.157	11.181.967	9.320.851
2.01	Passivos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	115.819	243.719	529.388
2.01.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	115.819	243.719	529.388
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	12.029.590	9.692.870	7.523.769
2.02.01	Depósitos	12.027.133	9.688.018	5.483.917
2.02.01.01	Depósitos a vista	92.397	83.443	79.237
2.02.01.02	Depósitos Interfinanceiros	11.934.736	9.604.575	5.404.680
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	0	0	2.032.159
2.02.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias,Hipotecárias, de Crédito e Similares	0	0	2.032.159
2.02.04	Outras Captações	2.457	4.852	7.693
2.02.04.03	Obrigações por Repasse do País	2.457	4.852	7.693
2.03	Provisões	28.773	18.334	23.109
2.03.01	Passivos Contingentes e Obrigações Legais	28.773	18.334	23.109
2.04	Passivos Fiscais	31.362	26.492	106.069
2.04.01	Obrigações Fiscais Diferidas	31.362	26.492	106.069
2.05	Outros Passivos	115.816	137.671	133.225
2.05.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.250	1.771	167
2.05.02	Relações Interdependências	13	14	17
2.05.04	Sociais e Estatutárias	20.824	19.783	17.677
2.05.05	Fiscais e Previdenciárias	14.503	24.631	12.717
2.05.06	Negociação e Intermediação de Valores	0	27	0
2.05.07	Despesa de Pessoal	22.645	21.001	18.410
2.05.08	Outros	56.581	70.444	84.237
2.07	Patrimônio Líquido Consolidado	1.080.797	1.062.881	1.005.291
2.07.01.01	Capital Social Realizado	517.001	489.598	473.930
2.07.01.02	Reservas de Capital	2.692	2.692	2.692
2.07.01.04.01	Reserva Legal	77.086	74.787	70.984
2.07.01.04.02	Reserva Estatutária	464.992	469.616	434.280

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.07.01.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-5.673	1.654	468
2.07.02	Patrimônio Líquido Atribuído aos Não Controladores	24.699	24.534	22.937

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	1.509.289	802.786	569.471
3.01.01	Receitas de Juros e Similares	1.472.615	633.184	647.402
3.01.02	Resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos	36.674	169.602	-77.931
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.059.031	-341.894	-196.613
3.02.01	Despesas de Juros e Similares	-1.059.031	-341.894	-196.613
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	450.258	460.892	372.858
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-399.764	-336.975	-297.514
3.04.01	Despesa de Provisão para Perda Esperada para Risco de Crédito	-47.203	-23.400	-29.857
3.04.01.01	Resultado de Perdas com Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos Financeiros	-47.203	-23.400	-29.857
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	-18.699	-11.630	-10.503
3.04.02.01	Receitas de Serviços e Comissões	19.023	23.375	17.740
3.04.02.02	Despesas de Serviços e Comissões	-37.722	-35.005	-28.243
3.04.03	Despesas com Pessoal	-189.414	-169.785	-138.218
3.04.03.01	Despesas de Pessoal	-189.414	-169.785	-138.218
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-80.413	-71.603	-97.675
3.04.04.01	Gastos Gerais Administrativos	-80.413	-71.603	-97.675
3.04.05	Despesas Tributárias	-26.901	-29.243	0
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	9.586	15.091	12.723
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-46.720	-46.405	-33.984
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	50.494	123.917	75.344
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.527	-44.591	-20.919
3.06.01	Corrente	-25.269	-49.544	-20.475
3.06.02	Diferido	13.742	4.953	-444
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	38.967	79.326	54.425
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	38.643	77.245	54.069
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	324	2.081	356
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.99.01.01	ON	0,36095	0,72151	0,50503
3.99.01.02	PN	0,39704	0,79366	0,55554
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,36095	0,72151	0,50503
3.99.02.02	PN	0,39704	0,79366	0,55554

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	38.967	79.326	54.425
4.04	Resultado Abrangente do Período	38.967	79.326	54.425
4.04.01	Atribuído aos Sócios da Empresa Controladora	38.643	77.245	54.069
4.04.02	Atribuído aos Sócios da Empresa não Controladora	324	2.081	356

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	1.576.731	2.647.705	719.452
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	131.576	131.587	95.544
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	50.494	123.917	75.344
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	81.082	7.670	20.200
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.445.155	2.516.118	623.908
6.01.02.02	Derivativos	-17.568	-15.406	5.737
6.01.02.03	Operações de Crédito	-558.394	695.904	-2.496.368
6.01.02.04	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-41.031	-32.472	-21.349
6.01.02.07	Outros Ativos Financeiros	-73.084	-6.174	-7.763
6.01.02.08	Tributos	-18.611	74.625	-783
6.01.02.09	Outros Ativos	-15.018	13.483	-14.179
6.01.02.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	-127.900	-285.669	72.273
6.01.02.11	Depósitos	2.339.116	4.204.101	1.028.208
6.01.02.13	Recursos Mercado Interfinanceiro	0	-2.032.159	2.032.159
6.01.02.14	Outras Captações	-2.395	-2.841	131
6.01.02.15	Provisões	-23.758	-20.426	-13.827
6.01.02.16	Passivos Fiscais	4.870	-79.577	-8.257
6.01.02.17	Outros Passivos	-21.072	2.729	47.926
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	49.521	20.314	520.146
6.02.01	Aquisição de Ativos Tangíveis	-2.146	-3.381	-1.592
6.02.02	Aplicação no Intangível	-672	-470	-809
6.02.03	Alienação de Ativos Tangíveis	93	229	30
6.02.04	(Aumento)/Redução de Títulos para Investimento	52.246	23.936	522.517
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-21.835	-20.019	-1.269
6.03.01	Aquisição de Ações Própria	0	0	-354
6.03.02	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-21.835	-20.019	-23.657
6.03.03	Variação Participação Não Controladores	0	0	22.742
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.604.417	2.648.000	1.238.329

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.997.100	1.349.100	110.771
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.601.517	3.997.100	1.349.100

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	489.598	2.692	544.403	0	1.654	0	1.038.347	24.534	1.062.881
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	27.403	0	-27.403	0	-20.892	0	-20.892	-159	-21.051
5.04.01	Aumentos de Capital	27.403	0	-27.403	0	0	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-20.892	0	-20.892	-159	-21.051
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	38.643	0	38.643	324	38.967
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	38.643	0	38.643	324	38.967
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	25.078	0	-25.078	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	25.078	0	-25.078	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	517.001	2.692	542.078	0	-5.673	0	1.056.098	24.699	1.080.797

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	473.930	2.692	505.264	0	468	0	982.354	22.937	1.005.291
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	15.668	0	-15.668	0	-21.252	0	-21.252	-484	-21.736
5.04.01	Aumentos de Capital	15.668	0	-15.668	0	0	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-21.252	0	-21.252	-484	-21.736
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	77.245	0	77.245	2.081	79.326
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	77.245	0	77.245	2.081	79.326
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	54.807	0	-54.807	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	54.807	0	-54.807	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	489.598	2.692	544.403	0	1.654	0	1.038.347	24.534	1.062.881

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	448.030	3.046	499.818	0	-3.103	0	947.791	0	947.791
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	448.030	3.046	499.818	0	-3.103	0	947.791	0	947.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	25.900	-354	-25.900	0	-19.152	0	-19.506	22.581	3.075
5.04.01	Aumentos de Capital	25.900	0	-25.900	0	0	0	0	22.742	22.742
5.04.01.01	Variação na Participação de Não Controladores	0	0	0	0	0	0	0	22.742	22.742
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-354	0	0	0	0	-354	0	-354
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-19.152	0	-19.152	-161	-19.313
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	54.069	0	54.069	356	54.425
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	54.069	0	54.069	356	54.425
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	31.346	0	-31.346	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	31.346	0	-31.346	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	473.930	2.692	505.264	0	468	0	982.354	22.937	1.005.291

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	1.490.695	817.852	570.077
7.01.01	Intermediação Financeira	1.509.289	802.786	569.471
7.01.02	Prestação de Serviços	19.023	23.375	17.740
7.01.03	Provisão/Reversão Perdas Esperadas de Risco de Crédito	-47.203	-23.400	-29.857
7.01.04	Outras	9.586	15.091	12.723
7.01.04.01	Outras Receitas Operacionais	9.586	15.091	12.723
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.059.031	-341.894	-196.613
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-151.297	-139.342	-124.296
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-5.096	-5.073	-5.151
7.03.02	Serviços de Terceiros	-146.201	-134.269	-119.145
7.04	Valor Adicionado Bruto	280.367	336.616	249.168
7.05	Retenções	-2.868	-2.738	-2.361
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.868	-2.738	-2.361
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	277.499	333.878	246.807
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	277.499	333.878	246.807
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	277.499	333.878	246.807
7.09.01	Pessoal	165.743	147.266	121.086
7.09.01.01	Remuneração Direta	122.962	108.787	90.826
7.09.01.02	Benefícios	32.206	29.048	24.506
7.09.01.03	F.G.T.S.	10.575	9.431	5.754
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	62.099	96.351	61.690
7.09.02.01	Federais	58.792	93.154	58.883
7.09.02.02	Estaduais	0	5	6
7.09.02.03	Municipais	3.307	3.192	2.801
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.690	10.935	9.606
7.09.03.01	Aluguéis	10.216	9.201	8.638
7.09.03.02	Outras	474	1.734	968
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	38.967	79.326	54.425

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	21.051	21.736	19.152
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	17.916	57.590	35.273

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Senhores Acionistas,

Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras, relativas aos exercícios de 31 de dezembro de 2022 e 2021, da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia"), acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do respectivo Parecer do Conselho Fiscal. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance da Companhia no exercício. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

CENÁRIO ECONÔMICO

Os três principais temas que dominaram os noticiários internacionais nos primeiros seis meses de 2022 continuaram os mesmos na segunda metade do ano: a guerra russo-ucraniana, a política de tolerância zero com a Covid-19 na China e o processo de aperto monetário nos Estados Unidos e na Zona do Euro. Apesar da temática ser praticamente a mesma, pode-se dizer que ocorreram desdobramentos em todos os tópicos supracitados.

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia no início de 2022 chocou o mundo e o velho continente – que se viu, novamente, assombrado pelo espectro da guerra. Como retaliação aos embargos impostos pelo Ocidente, o governo russo reduziu sua oferta de commodities energéticas no mercado internacional, o que acarretou uma escalada da inflação nas principais economias do mundo, por meio de um choque de oferta. A despeito de um cenário de ainda muita incerteza, parece que o conflito encontrou um certo "equilíbrio instável", por assim dizer, no segundo semestre de 2022. Essa ausência de novos desdobramentos na guerra, alinhada às medidas tomadas pelos países ocidentais para reduzir a dependência das exportações russas, contribuiu para uma queda nos preços do petróleo e do gás natural – que já se encontram, inclusive, em patamares similares aos observados no pré-guerra.

A política de tolerância zero com a Covid-19 na China também favoreceu uma escalada no nível de preços ao redor do mundo, na medida em que a imposição de lockdowns mandatórios afetou severamente o funcionamento de fábricas e de transportes chineses – com consequências diretas sobre o comportamento das cadeias de suprimento globais. No entanto, após muita pressão popular, ao final do segundo semestre de 2022, o governo chinês optou por arrefecer as restrições ligadas à Covid-19. Tal medida deve contribuir tanto para uma recuperação da atividade econômica na China quanto para uma menor pressão inflacionária mundial; mas, ao mesmo tempo, levanta dúvidas sobre a sustentabilidade, do ponto de vista da saúde pública, de uma reabertura completa da economia chinesa. Ademais, é importante salientar que, no médio prazo, os problemas com o setor imobiliário chinês – vide o alto nível de alavancagem das empresas e a queda nos preços dos imóveis – devem continuar no radar. Para o longo prazo, certamente a disputa com os Estados Unidos pela hegemonia política e econômica global – uma questão que perpassa pelas recentes discussões acerca do território de Taiwan – é de suma importância.

O processo de ajuste monetário por parte dos bancos centrais norte-americano e europeu atingiu um estágio bem mais avançado no segundo semestre de 2022. A inflação parece ter alcançado seu pico nessas economias, porém ela ainda se encontra absolutamente descolada das respectivas metas. No caso dos Estados Unidos, continuaram as divergências entre os analistas do mercado: uma parcela vê espaço para cortes na taxa de juros básica norte-americana já na segunda metade de 2023, enquanto a outra desejaria observar uma convergência mais acentuada da inflação para a meta antes de iniciar o processo de afrouxamento monetário. Independentemente do que efetivamente venha a acontecer, é praticamente consenso que esse aperto monetário síncrono contribuirá para uma desaceleração econômica em 2023.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Em suma, o segundo semestre de 2022 foi marcado tanto por notícias positivas quanto negativas vindas do cenário externo. De um lado, a queda no preço das commodities energéticas e a descompressão das cadeias de suprimento globais contribuíram para uma melhora na dinâmica inflacionária mundial na reta final do ano passado. Do outro, os efeitos adversos da política monetária contracionista sincronizada são perceptíveis nos dados de atividade econômica europeus e norte-americanos. No geral, a perspectiva de desaceleração econômica e juros mais altos nas economias desenvolvidas tende a desencorajar o apetite por risco dos investidores, mas o Brasil ainda continua sendo uma boa opção nesse contexto internacional conturbado, a depender do cenário político local.

No Brasil, a transição do primeiro para o segundo semestre foi marcada pela continuidade de medidas de transferência de renda e controle de preços administrados. Citamos a aprovação da Lei Complementar 194 – que limitou a cobrança do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e comunicações – e da PEC nº 15 (“PEC dos Auxílios”) – que elevou o valor do Auxílio Brasil em 50% e criou benefícios para caminhoneiros e taxistas. Nesse contexto, as expectativas para inflação e crescimento em 2022 foram sendo sistematicamente revistas para baixo e para cima, respectivamente, ao longo do segundo semestre. De fato, o Brasil fechou o ano passado com uma inflação de 5,79% a.a. (acima do teto da meta de inflação) e o PIB deve apresentar crescimento próximo de 3,0%.

Apesar da melhora da perspectiva econômica, os ativos brasileiros não performaram tão bem quanto poderiam no segundo do semestre, principalmente devido às discussões de caráter político. A grande polarização das eleições presidenciais de 2022 e as promessas de campanha de ambos os concorrentes contribuíram para a materialização de um ambiente econômico e político com muitas incertezas. Ademais, as sinalizações – no mínimo, questionáveis – dadas pelo novo presidente eleito sobre o futuro dos gastos públicos e da nova âncora fiscal foram muito mal-recebidas pelo mercado. Formou-se, portanto, um ambiente de muita volatilidade na segunda metade no ano, que prejudicou a performance dos ativos brasileiros. Não obstante, em 2022, o Ibovespa subiu 4,7% e o real valorizou aproximadamente 5% frente ao dólar – um desempenho razoável, considerando a queda de 19,5% do S&P 500 e a alta de 8% do DXY¹.

Apesar das incertezas de caráter político e a continuidade do ambiente polarizado – vide a invasão da Praça dos Três Poderes em 08/01/2023 –, o Brasil permanece bem-posicionado no cenário internacional em 2023. A taxa de juros real em território altamente contracionista contribui para uma inflação em tendência de queda e para a entrada de investimentos estrangeiros. Ademais, as contas públicas estão relativamente em ordem² e não se discute recessão no Brasil, como ocorre em outros países. No entanto, existem ainda muitas incertezas: os gastos públicos mais altos, o futuro do arcabouço fiscal, a possível alteração de reformas estruturais e a polarização observada na sociedade brasileira até então.

É esperado que a volatilidade observada no final do segundo semestre de 2022 continue ao longo da primeira metade de 2023 – pelo menos nos primeiros meses, até ocorrer uma definição mais clara dos temas de caráter sensível supracitados. O cenário externo deve permanecer desafiador, com a continuidade da luta contra a inflação das economias desenvolvidas e a desaceleração econômica global iminente. Isso pode ser bom ou ruim para o Brasil, a depender das políticas econômicas, sociais e ambientais que forem sinalizadas e implementadas.

¹ O DXY é um índice que mede o valor do dólar americano frente a uma cesta de seis moedas fortes: euro, libra, iene, coroa sueca, franco suíço e dólar canadense.

² O Governo Central deve apresentar em 2022 o primeiro superávit primário desde 2014 e a Dívida Bruta do Governo Geral deve terminar o ano em valor inferior ao observado no início de 2019.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



SUSTENTABILIDADE ESG

O Conglomerado Alfa tem compromisso permanente com a integridade e a ética na condução de seus negócios. Dentre os princípios que norteiam nossos valores, destacam-se o respeito aos direitos humanos, a gestão responsável dos recursos naturais e a atenção permanente ao desenvolvimento sustentável do País. Para tanto, o Alfa avalia e considera constantemente os riscos socioambientais de suas operações diretas com clientes, fornecedores e demais parceiros de negócios, evitando o envolvimento com setores e organizações que apresentem riscos significativos ambientais, sociais ou de governança ou que não estejam alinhados a seus princípios e valores. Por outro lado, o Alfa tem atuação crescente no financiamento de setores como energia renovável e saneamento, fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, o Alfa tem trabalhado para aprimorar a integração da sustentabilidade à sua estratégia de negócios e está em constante aprimoramento das iniciativas ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG).

Nossa estratégia ESG é colocada em prática através de cinco pilares, quais sejam: (a) Responsabilidade Social (b) Diversidade, Equidade e Inclusão; (c) Inovação e Sustentabilidade; (d) Compromissos Públicos e Engajamento Institucional e (e) Produtos ESG.

Em 2022, visando atender às melhores práticas de transparência e reporte, publicamos nosso primeiro Relatório de Sustentabilidade, trazendo informações econômicas, sociais, ambientais e de governança em conformidade com as normas da Global Reporting Initiative (GRI) – padrão adotado mundialmente para relatos de sustentabilidade.

Igualmente relevantes, e reforçando nosso comprometimento com a garantia de equidade, a promoção da inclusão e o respeito à pluralidade de opiniões, foram publicadas as Políticas (i) de Diversidade, Equidade & Inclusão e (ii) de Direitos Humanos.

No pilar Responsabilidade Social, várias campanhas – doação de sangue, agasalhos, Dia das Crianças e Natal – conectaram nossos clientes, parceiros e colaboradores.

A campanha do Dia das Crianças levou nossos colaboradores até a Somar para auxiliar a Mostra Cultural – evento realizado por esta Organização que oferece oportunidades para moradores em comunidades de extrema vulnerabilidade social.

A campanha de Natal alcançou 190 crianças e adolescentes e 148 idosos, tendo o Alfa contribuído com cestas básicas e fraldas geriátricas.

Também continuamos com a agenda de conscientização de nossos colaboradores e clientes, organizando lives e conteúdos nas redes internas com temáticas relacionadas à diversidade & inclusão, saúde e bem-estar. Ainda no âmbito deste Pilar de Diversidade, Equidade & Inclusão, elaboramos mais uma vez o mapeamento de nossos colaboradores no intuito de aprimorar as ações no que se refere à inclusão e diversidade.

Quanto ao Alfa Collab – que é o hub de inovação do Alfa -, as startups que participam de nosso programa têm a obrigação de respeitar os dez princípios universais enunciados pelo Pacto Global. Esta condição consta do documento de entrada da Startup no Alfa Collab. Ainda, a partir do momento em que a Startup passa a fazer parte de nosso portfólio de investimentos, ela fica obrigada a implementar determinadas políticas e práticas em suas operações que visam alcançar a sustentabilidade em seus negócios em um determinado horizonte de tempo. Também foi criado um Cluster de Impacto que abrigará startups que gerem impacto socioambiental positivo e mensurável, além do retorno financeiro.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



No pilar de Compromissos Públicos e Engajamento Institucional, seguimos firmes no nosso propósito de observância dos principais movimentos setoriais. E, seguindo nossa agenda regulatória, publicamos nossa Política de Responsabilidade Social Ambiental e Climática.

Dentro do Pilar de Produtos ESG, lançamos a jornada ALFA NETZERO, que é um programa de apoio aos clientes e seus parceiros na transição para uma economia carbono neutro, disponibilizando produtos e serviços diversos, desde cálculos de emissões, passando por venda de crédito de carbono, desenvolvimento de projetos de transição e linhas de financiamento. Ainda sob a égide do Pilar de produtos, as seguintes linhas e operações merecem destaque:

- Continuamos com as linhas de financiamento para veículos híbridos e elétricos com as quais vínhamos atuando;
- CDC/Leasing para o financiamento de Carregadores Elétricos;
- Capital de giro para as concessionárias de veículos em projetos de energia fotovoltaica;
- CDC PF para o financiamento de placas fotovoltaicas;
- CDC PF para o financiamento de bicicletas premium;
- CRA E-Ctare Pay Serviços de Gestão de Pagamentos S.A.: 1º CRA de uma startup ligando micro e pequenos produtores rurais ao mercado de capitais, no valor de R\$ 50 milhões
- Debêntures Ventos de São João XXIII Energias Renováveis S.A.: 1ª emissão de debêntures em projeto eólico de R\$ 109,5 Milhões (Casa dos Ventos);
- Debêntures UFV Pitombeira S.A.: coordenação da emissão de R\$ 200 milhões para desenvolvimento e implantação da usina de geração de energia solar (UFV Pitombeira);
- Debêntures Rio Alto STL Holding I S.A.: coordenação da emissão de R\$ 465 milhões classificado como greenbond pela Exame para parques solares do Rio Alto;
- Fianças: em 2022, emitimos ou renovamos R\$ 588 milhões para o setor de energias renováveis, sendo nosso estoque total de R\$ 978,6 milhões.

Seguimos com nossa agenda para acelerarmos e desenvolvermos essas iniciativas e termos um ano ainda mais produtivo, sempre visando um crescimento sustentável e inclusivo, promovendo a preservação do meio ambiente e a integração social e assegurando uma boa governança e a integridade no ambiente de negócios.

DESEMPENHO DAS ATIVIDADES

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O lucro líquido da Companhia atingiu no exercício R\$ 45.970 mil (2021 R\$ 76.059 mil), correspondendo à rentabilidade anualizada de 4,43% (2021 7,75%) sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 1.036.693 mil (inicial de 2021 R\$ 981.886 mil). A cada lote de mil ações do capital social da Companhia correspondeu o lucro líquido de R\$ 447,82 (2021 R\$ 740,94).

Os juros sobre o capital próprio alcançaram R\$ 20.892 mil no exercício (2021 R\$ 21.252 mil), correspondendo ao valor bruto R\$ 474,02 (2021 R\$ 448,90) por lote de mil ações preferenciais. Para ações ordinárias não houve pagamento em 2022 (2021 R\$ 25,05 por lote de mil ações), conforme nota explicativa nº 12"b". Os juros sobre o capital próprio referente ao primeiro semestre totalizaram R\$ 10.446 mil (2021 R\$ 9.892 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ 237,01 (2021 R\$ 224,45) por lote de mil ações preferenciais. Para o segundo semestre de 2022 foi aprovado o valor de R\$ 10.446 mil (2021 R\$ 11.360 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ 237,01 (2021 R\$ 224,45) por lote de mil ações preferenciais. Para ações ordinárias não houve pagamento (2º Semestre 2021 R\$ 25,05 por lote de mil ações).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O patrimônio líquido atingiu o valor de R\$ 1.061.771 mil ao final do exercício (31/12/2021 R\$ 1.036.693 mil). O valor patrimonial para cada lote de mil ações alcançou R\$ 10.343,35 (31/12/2021 R\$ 10.099,05).

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/03/2022, homologada em 30/06/2022, aprovou o aumento do capital social para R\$ 517.001 mil mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta reservas de lucros no montante de R\$ 27.403 mil.

O índice de capital instituído pelo Comitê da Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil atingiu 14,48% (31/12/2021 14,53%) ao final do exercício, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras do Conglomerado Prudencial Alfa, quando comparado tanto com o mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil quanto com o de 8% recomendado pelo Comitê da Basileia.

RECURSOS CAPTADOS

O volume de recursos captados pela Companhia ao final do exercício atingiu R\$ 9.640.881 mil (31/12/2021 R\$ 8.507.019 mil). Esses recursos estavam representados por R\$ 9.638.424 mil (31/12/2021 R\$ 8.502.167 mil) em depósitos interfinanceiros e R\$ 2.457 mil (31/12/2021 R\$ 4.852 mil) em repasses do BNDES e FINAME.

ATIVOS E EMPRÉSTIMOS

O ativo total alcançou R\$ 10.995.068 mil (31/12/2021 R\$ 9.951.832 mil) ao final do exercício. A carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos atingiu R\$ 246.885 mil (31/12/2021 R\$ 210.221 mil). A Companhia classificou 100% dos títulos e valores mobiliários na categoria "títulos para negociação".

O total da carteira de crédito, incluindo o ajuste positivo a valor de mercado da carteira de crédito objeto de "hedge" atingiu o saldo de R\$ 6.199.868 mil (31/12/2021 R\$ 5.680.507 mil). O volume de créditos vencidos acima de 14 dias totalizou R\$ 99.762 mil (31/12/2021 R\$ 55.630 mil), correspondente a 1,59% (31/12/2021 0,97%) do total da carteira de crédito. O saldo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito atingiu R\$ 85.893 mil (31/12/2021 R\$ 78.569 mil), representando 1,37% (31/12/2021 1,37%) do total da carteira de crédito, 18,35% (31/12/2021 34,79%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999.

OUVIDORIA

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.433, de 27/07/2015.

DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/2022, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, ou pessoas a ela ligadas, não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios internacionalmente aceitos quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Conforme Instrução CVM nº 80/2022, a Diretoria declara que em reunião realizada em 16/02/2023, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2022.

AGRADECIMENTOS

É indispensável traduzir o reconhecimento da Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

DIRETORIA**Diretor Presidente**

Fabio Alberto Amorosino

Diretores

Antonio José Ambrozano Neto	Fabiano Siqueira de Oliveira
Felipe Barbosa da Silveira e Silva	Marcelo Borba Bauer

Este Relatório da Administração preparado pela Diretoria foi examinado e aprovado em reunião dos Conselhos de Administração e Fiscal de 16 de fevereiro de 2023.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**Presidente**

Christophe Yvan François Cadier

Conselheiros

Adilson Herrero Luiz Alves Paes de Barros



Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL**Em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Valores expressos em milhares de Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL (EM R\$ MIL)

	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
DISPONIBILIDADES		13.315	9.789
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		10.763.517	9.747.401
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3	4.316.764	3.856.673
Títulos e Valores Mobiliários	4	211.419	192.323
Instrumentos Financeiros Derivativos	5	35.466	17.898
Operações de Crédito	6	6.199.868	5.680.507
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	6 c/d	(85.893)	(78.569)
PROVISÕES PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS		(1.164)	(1.187)
OUTROS ATIVOS	7	104.008	88.320
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		94.707	79.899
INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS	17	97.544	97.020
IMOBILIZADO DE USO		20.801	19.786
INTANGÍVEL		5.502	4.929
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(17.269)	(15.556)
ATIVO TOTAL		10.995.068	9.951.832

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL**Em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Valores expressos em milhares de Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL (EM R\$ MIL)

	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO			
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		9.756.700	8.750.738
Depósitos	9	9.638.424	8.502.167
Obrigações por Empréstimos e Repasses	9	2.457	4.852
Instrumentos Financeiros Derivativos	5	115.819	243.719
PROVISÕES		28.398	17.551
Contingencias Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	10	28.398	17.551
OUTROS PASSIVOS	11	117.123	120.622
OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS		31.076	26.228
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	1.061.771	1.036.693
Capital Social		517.001	489.598
Reservas de Capital		4.099	4.099
Reservas de Lucros		542.078	544.403
Ações em Tesouraria		(1.407)	(1.407)
PASSIVO TOTAL		10.995.068	9.951.832

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO INDIVIDUAL****Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2º Semestre 2022	Exercícios	
		2022	2022	2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		723.939	1.277.634	640.236
Operações de Crédito	6f	525.055	905.153	422.900
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários		202.694	335.193	93.312
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	5e	(4.044)	36.674	122.431
Operações de Vendas ou Transferência de Ativos Financeiros		234	614	1.593
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(545.342)	(925.071)	(290.060)
Operações de Captação no Mercado		(524.393)	(885.167)	(249.149)
Resultado com Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(183)	(389)	(337)
Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros		-	-	(3)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6d	(20.766)	(39.515)	(40.571)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		178.597	352.563	350.176
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		30.930	65.508	72.412
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias		30.247	59.421	56.236
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	17	(1.513)	1.159	8.154
Outras Receitas Operacionais	16a	2.196	4.928	8.022
PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS		(161.083)	(310.570)	(292.313)
Despesas de Pessoal		(78.427)	(153.274)	(147.509)
Despesas Administrativas	16b	(47.169)	(88.726)	(78.995)
Despesas Tributárias		(12.144)	(24.234)	(22.413)
Outras Despesas Operacionais	16c	(23.343)	(44.336)	(43.396)
DESPESAS DE PROVISÕES		(17.316)	(34.675)	(18.413)
Provisões com Contingências Tributárias, Trabalhistas e Cíveis		(17.316)	(34.675)	(18.413)
(=) RESULTADO OPERACIONAL		31.128	72.826	111.862
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		261	2.880	3.995
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		31.389	75.706	115.857
TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO		(13.323)	(29.736)	(39.798)
Imposto de Renda e Contribuição Social	8	(5.376)	(14.886)	(33.549)
Provisão para Imposto de Renda		(1.579)	(17.601)	1.931
Provisão para Contribuição Social		(1.192)	(12.094)	(4)
Ativo Fiscal Diferido		(2.605)	14.809	(35.476)
Participação nos Lucros		(7.947)	(14.850)	(6.249)
Empregados		(7.947)	(14.850)	(6.249)
RESULTADO LÍQUIDO		18.066	45.970	76.059
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		175,99	447,82	740,94

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE INDIVIDUAL**Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2º Semestre	Exercícios	
	2022	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO	18.066	45.970	76.059
Total Resultado Abrangente do Período	18.066	45.970	76.059

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO INDIVIDUAL****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022**

(Valores expressos em milhares de Reais)

Eventos	Capital Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31/12/2020	473.930	4.099	505.264	(1.407)	-	981.886
AUMENTO DE CAPITAL - AGE 31/03/2021	15.668	-	(15.668)	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	76.059	76.059
DESTINAÇÕES :						
Reservas	-	-	54.807	-	(54.807)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(21.252)	(21.252)
SALDOS EM 31/12/2021	489.598	4.099	544.403	(1.407)	-	1.036.693
MUTAÇÕES DO PERÍODO	15.668	-	39.139	-	-	54.807
SALDOS EM 31/12/2021	489.598	4.099	544.403	(1.407)	-	1.036.693
AUMENTO DE CAPITAL - AGE 30/03/2022	27.403	-	(27.403)	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	45.970	45.970
DESTINAÇÕES :						
Reservas	-	-	25.078	-	(25.078)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(20.892)	(20.892)
SALDOS EM 31/12/2022	517.001	4.099	542.078	(1.407)	-	1.061.771
MUTAÇÕES DO PERÍODO	27.403	-	(2.325)	-	-	25.078
SALDOS EM 30/06/2022	517.001	4.099	534.458	(1.407)	-	1.054.151
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	18.066	18.066
DESTINAÇÕES :						
Reservas	-	-	7.620	-	(7.620)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(10.446)	(10.446)
SALDOS EM 31/12/2022	517.001	4.099	542.078	(1.407)	-	1.061.771
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	-	7.620	-	-	7.620

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO INDIVIDUAL****Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2º Semestre 2022	Exercícios	
		2022	2021
1. RECEITAS	735.877	1.305.348	667.918
Intermediação Financeira	723.939	1.277.634	640.236
Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	30.247	59.421	56.236
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(20.766)	(39.515)	(40.571)
Outras Receitas Operacionais	2.196	4.928	8.022
Resultados Não Operacionais	261	2.880	3.995
2. DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	524.576	885.556	249.489
3. MATERIAIS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	81.483	155.318	128.214
Materiais, Energia e Outros (Materiais de consumo, telefone e água)	2.355	4.559	4.516
Serviços de Terceiros	79.128	150.759	123.698
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	129.818	264.474	290.215
5. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	1.308	2.591	2.461
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	128.510	261.883	287.754
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(1.513)	1.159	8.154
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	(1.513)	1.159	8.154
8. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	126.997	263.042	295.908
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	126.997	263.042	295.908
Pessoal	75.804	147.426	133.737
Remuneração Direta	55.349	108.159	98.005
Benefícios	16.266	30.198	27.217
F.G.T.S.	4.189	9.069	8.515
Impostos, Taxas e Contribuições	28.090	59.818	75.983
Federais	26.521	56.532	72.848
Estaduais	-	-	5
Municipais	1.569	3.286	3.130
Remuneração de Capitais de Terceiros	4.573	9.364	8.698
Aluguéis	4.573	9.364	8.698
Outras (Doações Filantrópicas)	464	464	1.431
Remuneração de Capitais Próprios	18.066	45.970	76.059
Juros sobre o Capital Próprio	10.446	20.892	21.252
Lucros Retidos do Período	7.620	25.078	54.807

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA INDIVIDUAL****Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2º Semestre	Exercícios	
	2022	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	18.066	45.970	76.059
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO	32.749	63.664	41.582
- Depreciações e Amortizações	1.308	2.591	2.461
- Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	1.513	(1.159)	(8.154)
- Provisões para Perdas Esperadas Associada ao Risco de Crédito	20.766	39.515	40.571
- Provisão para Passivos Contingentes	17.269	34.294	15.104
- Provisão para Desvalorização Outros Valores e Bens	-	(23)	(224)
- Atualização de Depósitos Judiciais	(403)	(1.594)	(749)
- Resultado com Crédito Tributários	2.605	(14.809)	35.476
- Resultado com Obrigações Fiscais Diferidas	(10.309)	4.849	(42.903)
(AUMENTO)/ REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS	(247.960)	(603.323)	(1.746.737)
Títulos e Valores Mobiliários	(13.193)	(19.096)	(110.110)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.877)	(17.568)	(15.406)
Operações de Crédito	(212.759)	(519.361)	(1.588.501)
Provisões para Perdas Esperadas Associada ao Risco de Crédito	(17.680)	(32.191)	(28.086)
Outros Ativos	(2.451)	(15.107)	(4.634)
AUMENTO/ (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	2.673.847	979.958	4.169.717
Depósitos	2.702.571	1.136.257	4.320.596
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(744)	(2.395)	(2.841)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(40.491)	(127.900)	(138.367)
Contingências Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	(11.064)	(23.447)	(20.335)
Outros Passivos	32.897	32.631	36.025
Pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social	(9.322)	(35.188)	(25.361)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.476.702	486.269	2.540.621
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de Imobilizados de Uso	(1.277)	(1.984)	(3.082)
Aplicações no Intangível	(81)	(573)	(450)
Alienação de Imobilizados de Uso	56	92	227
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Recebidos	635	1.648	1.567
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(667)	(817)	(1.738)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	(10.480)	(21.835)	(20.019)
CAIXA LÍQUIDO DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(10.480)	(21.835)	(20.019)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	2.465.555	463.617	2.518.864
Caixa e Equivalentes no Início do Período	1.864.524	3.866.462	1.347.598
Caixa e Equivalentes no Final do Período	4.330.079	4.330.079	3.866.462
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	2.465.555	463.617	2.518.864

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**a) Atividade e estrutura do Grupo**

O Conglomerado Financeiro Alfa tem suas origens no ano de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S.A. e posteriormente criou as outras empresas financeiras que constituíam o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998, o Banco Real S.A. teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. As empresas financeiras não vendidas (então, Banco Real de Investimento S.A., Companhia Real de Investimento – C.F.I., Companhia Real de Arrendamento Mercantil e Companhia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) formaram o Conglomerado Financeiro Alfa (“Conglomerado”), que foi completado logo depois com a criação do Banco Alfa S.A. (Banco Comercial).

O Conglomerado é composto por 6 entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial. O Banco Alfa de Investimento S.A. é a instituição financeira líder do Conglomerado, a qual controla diretamente a Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., a Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e a BRI Participações Ltda.. Além destas entidades, o Conglomerado é integrado pela Financeira Alfa S.A. – C.F.I. (“Companhia”), a qual controla diretamente o Banco Alfa S.A.. O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A.- C.F.I. são companhias abertas com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”).

Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Conglomerado vem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros.

O Conglomerado está sediado em São Paulo, na Alameda Santos nº 466, e mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, Piracicaba, Ribeirão Preto, Sorocaba, Santo André e Campo Grande. Todas contando com modernas plataformas tecnológicas, o que permite maior agilidade nas decisões e no desenvolvimento de produtos.

O controlador da Companhia possui ainda relevantes investimentos em áreas não financeiras, não consolidadas nestas demonstrações financeiras: Seguros e Previdência (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.); Hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis); Materiais de Construção (C&C Casa e Construção); Agropecuária e Agroindústria (Agropalma); Águas Minerais (Águas Prata); Alimentos (Sorvetes La Basque); Cultural (Teatro Alfa) e Comunicações (Rádio Transamérica e TV Transamérica).

Em 23 de novembro de 2022 foi comunicada aos acionistas e ao mercado, através de fato relevante, a celebração do contrato de compra e venda de ações entre a Administradora Fortaleza (AFL) e o Banco Safra (Safra), para a alienação da totalidade das participações societárias diretamente detidas pela AFL, representativas do controle do Conglomerado Financeiro Alfa, que inclui 975 (novecentas e setenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 0,002% do capital votante, e de 825 (oitocentas e vinte e cinco) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, representativas de 0,002% das ações preferenciais de emissão da Companhia, perfazendo, em conjunto, 0,002% do capital social total da Companhia.

Notas Explicativas



Nos termos do Contrato: (i) o fechamento da Operação está sujeito, dentre outras condições usuais a contratos dessa natureza, à aprovação prévia do Banco Central do Brasil – BACEN, da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE; e (ii) nos termos do art. 254-A da Lei das S.A., o Comprador se obrigou a fazer oferta pública para aquisição de ações (OPA) do Banco Alfa de Investimento, da Financeira, do Consórcio Alfa e da Alfa Holdings, bem como a protocolizar na CVM os respectivos pedidos de registro das OPAs em até 30 (trinta) dias contados da data de fechamento da Operação. Em 07 de janeiro de 2023 o CADE aprovou a Operação. Na data da emissão dessa Demonstração Financeira, encontram-se pendentes as aprovações do BACEN e da SUSEP.

b) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), onde essas normas e instruções não forem conflitantes. Essas demonstrações financeiras foram concluídas em 15/02/2023 e aprovadas pelos Conselhos de Administração e Fiscal em 16/02/2023.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro.

Em 28/12/2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, visando permitir a convergência às normas internacionais de contabilidade. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas das alterações por ela introduzidas, que incluem a adoção de pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo CPC, dependem de normatização por parte do CMN. Até o momento, as alterações em normas de contabilidade aprovadas pelo CMN foram: i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; ii) os procedimentos de mensuração do valor recuperável dos ativos; iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; iv) a divulgação em notas explicativas às demonstrações financeiras de informações sobre partes relacionadas; v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes; vi) pagamento baseado em ações; vii) eventos subsequentes; viii) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro; ix) com exceção das disposições relacionadas a operações de arrendamento mercantil financeiro, o Pronunciamento Estrutural Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovados pelo CPC; e x) benefícios a empregados.

O Banco Central através da Resolução CMN nº 4.818/20 regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no Cosif em relação aos padrões internacionais (IFRS), e, através da resolução BCB nº 2/20 estabeleceu as diretrizes que passaram ser aplicadas a partir da sua entrada em vigor. Dentre as principais alterações implementadas foram: i) A nova estrutura e as contas do Balanço Patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; ii) a nova estrutura da Demonstração de Resultado do Exercício que reduziu o número de linhas visando se aproximar ao padrão internacional; iii) o ativo e passivo fiscal diferido que passou a ser apresentado exclusivamente no realizável e exigível a longo prazo; iv) evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes; v) as operações de arrendamento mercantil que passaram a ser apresentadas a valor presente em linha exclusiva no ativo.

Notas Explicativas



2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

a) Apuração do resultado: As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de crédito vencidas são reconhecidas até o 59º dia como receita e, a partir do 60º dia deixam de ser apropriadas e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o artigo 9º da Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999.

b) Ativo circulante e não circulante: Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estabelecidos pelas Circulares BACEN nº 3.068, de 08/11/2001, e nº 3.082, de 30/01/2002, (vide notas explicativas nºs 4 e 5). A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi constituída considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure montante suficiente e adequado para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999 (vide nota explicativa nº 6 letras "c" e "d").

c) Títulos e valores mobiliários: A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068, de 08/11/2001:

I – Títulos para negociação;

II – Títulos disponíveis para venda; e

III – Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria "títulos para negociação" são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados.

Na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existe intenção e capacidade financeira da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento.

Na categoria "títulos disponíveis para venda" são registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida:

- i) Da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação"; e
- ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos disponíveis para venda". Estes valores registrados em patrimônio líquido são baixados contra resultado na medida em que são realizados.

Notas Explicativas



Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" estão apresentados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento" são reconhecidas no resultado do período.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data do balanço, através de coleta de preços divulgados por entidades independentes no mercado, especializadas na divulgação deste tipo de informação e, quando indisponíveis, estes valores são obtidos através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço.

d) Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias da Companhia. As valorizações ou desvalorizações são registradas em "Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos".

Os instrumentos financeiros derivativos realizados pela Companhia, com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, e/ou Circular BACEN nº 3.129, de 27/02/2002 são classificados como *hedge* de risco de mercado (valor justo).

Os instrumentos financeiros registrados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado.

A Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 5, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, faz uso de instrumentos financeiros derivativos, principalmente contratos de *SWAP* registrados na B3, classificados como "*Hedge* de Risco de Mercado", tendo como objeto operações de crédito.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço divulgadas pela B3.

As operações de crédito designadas para *hedge* risco de mercado, como previsto na Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 (DI X PRE) para cada respectivo vencimento. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, entretanto, nas mensurações subsequentes reconhecem-se em resultado as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras.

A efetividade da proteção (*hedge*), conforme requer a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota explicativa nº 5 destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**e) Operações de compra e de venda ou transferência de ativos financeiros**

A partir de janeiro de 2012, as cessões de crédito estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.367, de 11/09/2014:

- I - Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios;
- II - Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios; e
- III - Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios.

Na categoria "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios" devem ser classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

Na categoria "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios" devem ser classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

Na categoria "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios" devem ser classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

f) Ativo permanente: Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 17);
- Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: veículos e processamento de dados 20%, móveis e utensílios e instalações 10%; e
- Amortização, basicamente, de despesas com benfeitorias em imóveis de terceiros e com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos.

g) Passivo circulante e não circulante: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

h) Impostos e contribuições: As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas:

	Imposto de Renda (i)	Contribuição Social (ii)	PIS	COFINS	ISS (iii)
Instituições Financeiras	25%	15%	0,65%	4%	5%

(i) Imposto de Renda: Inclui alíquota adicional de 10%.

(ii) Contribuição Social: A Emenda Constitucional nº 103/2019 alterou a alíquota de Contribuição Social, de 15% para 20% e é aplicável aos Bancos de qualquer espécie. A Lei nº 14.446/2022, que aprova a Medida Provisória nº 1.115/2022, alterou a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para Bancos de 20% para 21% e para demais instituições financeiras 15% para 16%, sendo estas alíquotas aplicadas no período de 01/08/2022 até 31/12/2022 e;

(iii) ISS: Aplicável sobre receitas de prestação de serviços.

Notas Explicativas



i) Estimativas contábeis: No processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com:

- Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (vide nota explicativa nº 6 letra "d");
- Instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 5);
- Ativos tributários diferidos (vide nota explicativa nº 8 letra "b"); e
- Passivos contingentes (vide nota explicativa nº 10).

A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados.

j) Ativos e passivos contingentes: Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009, e Carta-Circular BACEN nº 3.429 de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros.

- Ativos contingentes – não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.
- Passivos contingentes – fiscais e previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 10) - decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança.

k) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

l) Resultado recorrente / não recorrente: As políticas internas da Companhia consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Companhia previsto em seu Estatuto Social. Além disto, a Administração da Companhia considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos próximos anos. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido da Companhia no exercício de 2022, no montante de R\$ 45.970, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

Notas Explicativas



3. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

A Companhia possui certificados de depósitos interfinanceiros com empresa do Conglomerado no montante de R\$ 4.316.764 (31/12/2021 R\$ 3.856.673) com taxas indexadas a 100% do CDI (pós-fixada) e prazos de vencimento até 31/01/2023.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira

	31/12/2022	31/12/2021
Carteira própria - livres:		
Letras financeiras do tesouro	184.527	147.067
Vinculados a prestação de garantias:		
Letras financeiras do tesouro	26.892	45.256
TOTAL GERAL	211.419	192.323

b) Classificação de títulos e valores mobiliários por categoria e faixas de vencimento

Títulos para negociação (i)	31/12/2022						31/12/2021		
	Até 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 1.080 dias	Valor contábil	Valor de custo (ii)	Marcação a mercado	Valor contábil	Valor de custo (ii)	Marcação a mercado
Letras financeiras do tesouro	1.590	203.537	6.292	211.419	211.270	149	192.323	192.369	(46)

(i) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

(ii) Valor de custo: representado pelo valor de custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- "Títulos para negociação": O valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço, obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

- Ajuste dos títulos para negociação obtido entre os valores de custo e de mercado, foi registrado sob o título "Resultado com títulos e valores mobiliários".

Os títulos públicos são custodiados na SELIC.

c) Composição dos títulos vinculados

	31/12/2022	31/12/2021
Títulos dados em garantia de operações em bolsa	8.609	34.827
Títulos dados em garantia em ações judiciais	18.283	10.429
Total	26.892	45.256

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para atenderem suas políticas de gestão de riscos. Tais políticas baseiam-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, em operações comerciais e financeiras, podendo se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro

Notas Explicativas

dos limites de exposição aprovados para a Companhia com a autorização do Diretor de Tesouraria. Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros e de *swap*, registrados na B3, envolvendo taxas pré-fixadas e mercado interfinanceiro (DI) e correspondem substancialmente a operações para proteção patrimonial.

Esses instrumentos financeiros derivativos tem seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo).

Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor base, de custo amortizado e de valor justo.

a) Instrumentos financeiros derivativos:**Hedge de valor justo:**

	31/12/2022			31/12/2021		
	Valor de referência	Custo amortizado	Valor justo	Valor de referência	Custo amortizado	Valor justo
Mercado interfinanceiro	969.623	1.254.169	1.254.169	1.615.981	1.872.498	1.872.498
Posição ativa	969.623	1.254.169	1.254.169	1.615.981	1.872.498	1.872.498
Pré	969.623	1.405.038	1.334.522	1.615.981	2.158.166	2.098.319
Posição passiva	969.623	1.405.038	1.334.522	1.615.981	2.158.166	2.098.319
Contratos de Swaps – exposição líquida	-	(150.869)	(80.353)	-	(285.668)	(225.821)

b) Contrato de futuros:**Negociação:**

	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantidade de Contratos	Valor de Referência	Valor Justo	Quantidade de Contratos	Valor de Referência	Valor Justo
Compromissos de venda – DI	5.500	(549.442)	-	23.110	(2.287.428)	-

c) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título "instrumentos financeiros derivativos":

	31/12/2022			31/12/2021		
	Ativo - saldo a receber			Ativo - saldo a receber		
	Hedge de			Hedge de		
	Negociação	valor justo	Total	Negociação	valor justo	Total
Swaps	-	35.466	35.466	-	17.898	17.898
	31/12/2022			31/12/2021		
	Passivo - saldo a pagar			Passivo - saldo a pagar		
	Hedge de			Hedge de		
	Negociação	valor justo	Total	Negociação	valor justo	Total
Swaps	-	(115.819)	(115.819)	-	(243.719)	(243.719)

Notas Explicativas

**d) O saldo de instrumentos financeiros derivativos registrados possuíam os seguintes vencimentos:****Hedge de valor justo:**

	31/12/2022					31/12/2021				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL
Swaps	(19.185)	(37.565)	(34.443)	10.840	(80.353)	(32.439)	(71.756)	(94.869)	(26.757)	(225.821)

e) Os seguintes resultados foram reconhecidos sob o título "instrumentos financeiros derivativos":

	2º			Exercícios					
	Semestre			2022			2021		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	-	(3.740)	(3.740)	-	37.065	37.065	(6)	122.247	122.241
Futuro	(304)	-	(304)	(391)	-	(391)	190	-	190
	(304)	(3.740)	(4.044)	(391)	37.065	36.674	184	122.247	122.431

f) O total do ajuste de marcação a mercado registrado foi de:

	2º			Exercícios					
	Semestre			2022			2021		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	-	(24.394)	(24.394)	-	10.669	10.669	29	217.651	217.680

g) Contabilidade de Hedge: A Companhia adota a política de se proteger do risco de taxa de juros advindo das operações de crédito pré-fixadas em consonância com suas políticas de gestão de risco, levando em consideração as taxas de captação praticadas. Através da estratégia de *hedge* a Administração tem por objetivo proteger o *spread* de suas operações de crédito. Nos termos da Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, a Companhia utilizou a prerrogativa de reconhecimento dessas operações e do respectivo objeto de *hedge* pela contabilidade de *hedge*.

h) Análise de sensibilidade: A Companhia realiza análises de sensibilidade das operações que possam expô-la a riscos oriundos da volatilidade de fatores de riscos de mercado, a qual poderá gerar prejuízos materiais para suas operações e/ou fluxos de caixa.

O quadro disposto abaixo traz valores das exposições em análise, bem como os testes de sensibilidade das mesmas, considerando-se três cenários de estresse possíveis: a) situação de estresse determinada pela Companhia aprovada em seu Comitê de Gestão de Riscos de Mercado (CGRM), o qual se baseia em cenário de estresse divulgado pela B3 na data-base destas demonstrações financeiras; b) situação de estresse considerada pela Companhia com deterioração de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada; e c) situação de estresse considerada pela Companhia e com deterioração de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários b) e c) abaixo estão sendo apresentados por exigência dos órgãos reguladores, entretanto, referem-se a cenários que a Administração da Companhia não acredita que possam ocorrer.

Notas Explicativas



31/12/2022

Exposição	MTM - Exposição	Estresse - Alfa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
		cenário (a)	cenário (b)	cenário (c)
Pré-fixada	1.028.985	(82.315)	(96.849)	(178.573)

31/12/2021

Exposição	MTM - Exposição	Estresse - Alfa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
		cenário (a)	cenário (b)	cenário (c)
Pré-fixada	918.205	(54.188)	(58.871)	(110.548)

Foi considerada para a análise apresentada acima, a exposição líquida das operações (posições ativas menos posições passivas), ressaltando que estão incluídas todas as posições de derivativos contratadas.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito

Setores de atividade:	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	%	Valor	%
Setor privado				
Rural	43.295	0,7	63.363	1,1
Indústria	51.504	0,8	82.055	1,4
Comércio	498.142	7,9	974.692	17,0
Instituições financeiras	1.679	-	4.831	0,1
Outros serviços	1.002.510	16,0	481.161	8,4
Pessoas físicas	4.675.344	74,6	4.136.348	72,0
Total da carteira de crédito	6.272.474	100,0	5.742.450	100,0
Empréstimos	2.808.043	44,8	2.749.724	47,9
Financiamentos	3.462.752	55,2	2.986.660	52,0
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	1.679	-	4.831	0,1
Outros créditos	-	-	1.235	-
Total da carteira de crédito	6.272.474	100,0	5.742.450	100,0
Ajuste ao valor de mercado - item objeto <i>hedge</i>	(72.606)		(61.943)	
Total global	6.199.868		5.680.507	

b) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento

Parcelas por Faixas de Vencimento:	31/12/2022				31/12/2021			
	A vencer	Vencidos	Total	%	A vencer	Vencidos	Total	%
A vencer								
- até 180 dias	2.033.599	20.911	2.054.510	32,8	1.867.486	12.595	1.880.081	32,7
- de 181 a 360 dias	954.641	15.947	970.588	15,5	885.250	8.398	893.648	15,6
- acima de 360 dias	3.184.472	50.637	3.235.109	51,6	2.934.084	27.131	2.961.215	51,5
Total vincendas	6.172.712	87.495	6.260.207	99,9	5.686.820	48.124	5.734.944	99,8
Vencidas								
- até 60 dias	-	4.980	4.980	-	-	2.978	2.978	0,1
- de 61 a 180 dias	-	5.235	5.235	0,1	-	2.985	2.985	0,1
- acima de 180 dias	-	2.052	2.052	-	-	1.543	1.543	-
Total vencidas	-	12.267	12.267	0,1	-	7.506	7.506	0,2
Total da carteira	6.172.712	99.762	6.272.474	100,0	5.686.820	55.630	5.742.450	100,0

Notas Explicativas

**c) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco**

A Resolução CMN nº. 2.682, de 21/12/1999, estabelece os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, os quais são baseados em sistemas de avaliação de risco de clientes/operações.

A composição da carteira de crédito e a constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na referida Resolução, estão demonstrados a seguir:

Níveis de Risco:	31/12/2022					31/12/2021				
	Saldo da Carteira de Crédito			Provisão		Saldo da Carteira de Crédito			Provisão	
	(*)			Mínima		(*)			Mínima	
	A Vencer	Vencidos	Total	Exigida	Contábil	A Vencer	Vencidos	Total	Exigida	Contábil
AA	309.326	-	309.326	-	-	311.198	-	311.198	-	-
A	5.708.260	-	5.708.260	28.541	29.112	5.235.462	-	5.235.462	26.177	37.173
B	116.753	17.793	134.546	1.345	2.691	116.447	10.140	126.587	1.266	3.416
C	30.533	20.699	51.232	1.537	4.606	13.450	10.839	24.289	729	2.407
D	1.179	12.994	14.173	1.417	4.066	1.189	6.756	7.945	795	2.382
E	638	12.567	13.205	3.962	6.471	630	4.359	4.989	1.497	2.494
F	1.307	6.310	7.617	3.809	5.256	184	4.090	4.274	2.137	2.991
G	929	6.234	7.163	5.014	6.739	2.735	3.983	6.718	4.703	6.718
H	3.787	23.165	26.952	26.952	26.952	5.525	15.463	20.988	20.988	20.988
Total	6.172.712	99.762	6.272.474	72.577	85.893	5.686.820	55.630	5.742.450	58.292	78.569

(*) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2º Semestre	Exercícios	
	2022	2022	2021
Saldo inicial do período	82.807	78.569	66.084
Complemento líquido de reversão	20.766	39.515	40.571
Baixas líquidas dos valores recuperados	(17.680)	(32.191)	(28.086)
Saldo final do período	85.893	85.893	78.569

A provisão atingiu o saldo de R\$ 85.893 (31/12/2021 R\$ 78.569), correspondente a 1,37% (31/12/2021 1,37%) do total da carteira, desconsiderando o montante do ajuste a valor de mercado da carteira de crédito objeto de *hedge*. A provisão constituída acima do mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682, decorre das análises internas e individuais dos clientes e é considerada adequada para suportar eventuais perdas. Foram amortizados créditos para prejuízo no montante de R\$ 38.988 (2021 R\$ 34.353) e ocorreram recuperações no montante de R\$ 12.171 (2021 R\$ 13.899).

A renegociação é qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. Em resposta aos impactos da pandemia do COVID 19 na economia, o BACEN emitiu, em março de 2020, a Resolução nº 4.782 que introduziu medidas de flexibilização no tratamento de créditos renegociados. No mesmo mês, o BNDES permitiu a suspensão temporária no pagamento dos empréstimos contratados de forma direta ou indireta com a instituição, medida conhecida como *standstill*.

Nesse contexto, a Companhia concedeu ajustes pontuais a alguns de seus clientes, tanto pessoas físicas quanto jurídicas. Em 31/12/2022, o montante total de operações com essa característica somava R\$ 19.759 (31/12/2021 R\$ 64.056), equivalente a 0,32% (31/12/2021 1,12%) da carteira.

Notas Explicativas

Para aqueles contratos com alteração nos prazos de vencimento, acordo e que tenham apresentado deterioração nas condições de riscos apresentados anteriormente, o saldo de renegociados em 31/12/2022 é de R\$ 79.388 (31/12/2022 R\$ 52.196).

e) Cessão de crédito**(e.1) Cessões de crédito da Companhia**

As operações de cessão de crédito são contabilizadas conforme descrito na nota explicativa nº 2 "e" destas demonstrações financeiras.

Em 2020 a companhia passou a realizar operações de créditos sem coobrigação, transferência dos riscos com instituição financeira ligada. No exercício de 2021 o volume de transação destas operações correspondiam a R\$ 238.699. Em 2022 não foi realizado este tipo de operação.

f) Rendas de operações de crédito

	2º Semestre	Exercícios	
	2022	2022	2021
Rendas de empréstimos e repasses interfinanceiros	223.102	400.941	258.771
Rendas de financiamentos	297.682	495.870	154.173
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	4.271	8.342	9.956
Total	525.055	905.153	422.900

7. OUTROS ATIVOS

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais	39.664	39.516
Comissões sobre contratos	42.378	26.266
Carteira de crédito - recursos em trânsito	5.429	8.163
Despesa antecipada	9.483	6.856
Bens não de uso próprio	2.523	1.672
Outros	4.531	5.847
Total	104.008	88.320
Circulante	33.593	31.240
Não Circulante	70.415	57.080
Total	104.008	88.320

Notas Explicativas



8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre	Exercícios	
	2022	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidas as participações no resultado	23.442	60.856	109.608
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (i)	(9.377)	(24.342)	(43.843)
Juros sobre o capital próprio	4.179	8.357	8.501
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	53	80	(1.179)
Créditos amortizados para prejuízo	(1.002)	(993)	(2.075)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.234)	(2.929)	(4.993)
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	(2.371)	(4.142)	2.152
Ativo fiscal diferido	(2.605)	14.809	(35.476)
Obrigações fiscais diferidas	10.309	(4.849)	42.903
Equivalência Patrimonial	(605)	464	3.261
Outros valores	(2.723)	(1.341)	(2.800)
Imposto de renda e contribuição social	(5.376)	(14.886)	(33.549)
Sendo:			
Impostos correntes	(13.080)	(24.846)	(40.976)
Impostos diferidos	7.704	9.960	7.427
Despesa contabilizada	(5.376)	(14.886)	(33.549)

(i) Vide nota explicativa nº 2 "h".

b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021	Constituição	Realização	31/12/2022
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	7.020	10.778	(6.439)	11.359
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	31.428	25.390	(22.461)	34.357
Créditos amortizados para prejuízo	9.272	5.150	(4.156)	10.266
Outros créditos tributários	5.753	10.874	(8.890)	7.737
Derivativos (*)	26.426	9.206	(4.644)	30.988
Total - crédito tributário ativo	79.899	61.398	(46.590)	94.707
Derivativos (*)	(25.027)	(32.034)	27.386	(29.675)
Outros	(1.201)	(200)	-	(1.401)
Total - obrigações fiscais diferidas	(26.228)	(32.234)	27.386	(31.076)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	53.671			63.631
% sobre patrimônio líquido	5,2%			6,0%

(*) Refere-se substancialmente aos créditos tributários e obrigações fiscais diferidas sobre o ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos.

A Administração da Companhia, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 31/12/2022, estimou que a realização do crédito tributário ativo ocorrerá na seguinte proporção:

	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	+ 5 anos
Realização dos créditos tributários	29%	37%	16%	9%	7%	2%

Notas Explicativas

Em 31/12/2022, o valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas calculados com base na taxa Selic totalizava R\$ 49.468. Em 31/12/2022 e 31/12/2021 todos os créditos tributários estavam ativados.

9. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total 31/12/2022
Depósitos interfinanceiros (i)	36.495	3.941.905	5.473.926	186.098	9.638.424
Obrigações por repasses (ii)	370	944	1.143	-	2.457
Total de captações	36.865	3.942.849	5.475.069	186.098	9.640.881
% concentração por prazo	0,4%	41,0%	56,8%	1,8%	100,0%

	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total 31/12/2021
Depósitos interfinanceiros	574.803	1.468.383	4.679.835	1.779.146	8.502.167
Obrigações por repasses	619	1.729	2.277	227	4.852
Total de captações	575.422	1.470.112	4.682.112	1.779.373	8.507.019
% concentração por prazo	6,8%	17,3%	55,0%	20,9%	100,0%

(i) Depósitos Interfinanceiros com vencimentos até 26/02/2031 indexados à taxa pré-fixada que variam de 6,42% a 14,23% a.a. e pós-fixada indexado em 100% a 106,50% do CDI.

(ii) Operações de FINAME com vencimentos até 15/08/2025 à taxa pós-fixada de 1,33% mais SELIC, pós-fixada de 4,08% até 4,25% a.a. mais TLP - IPC, e pré-fixada de 1,30% a.a., garantidas por contratos.

10. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia, no curso normal de suas atividades, são partes em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas demonstrações financeiras são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

As provisões constituídas e respectivas movimentações em 2022 estão demonstradas a seguir:

	Fiscais e Previdenciárias (a)	Trabalhistas (b)	Cíveis (c)	Total
Saldo inicial em 01/01/2022	988	14.709	1.854	17.551
(+) Complemento líquido de reversões	-	33.810	405	34.215
(+) Atualização	79	-	-	79
(-) Pagamentos	-	(22.895) (*)	(552)	(23.447)
Saldo final em 31/12/2022	1.067	25.624	1.707	28.398

(*) Refere-se, basicamente a pagamento de acordos e condenações durante o período.

a) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial.

Notas Explicativas

As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável e encontram-se registradas no exigível a longo prazo na rubrica "Provisão para Passivos Contingentes", e levam em conta as datas esperadas de pagamento.

A Companhia possui outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN, no montante de R\$ 6.910 (31/12/2021 R\$ 6.756).

b) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica "provisão para passivos contingentes", e leva em conta as datas esperadas de pagamento.

As ações de natureza trabalhista para as quais foram constituídas provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário, estas ações são avaliadas em seu conjunto, considerando histórico de pagamentos feitos pela Companhia a esse título.

As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 5.229 (31/12/2021 R\$ 13.368).

c) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica "provisão para passivos contingentes". Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável.

As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 6.413 (31/12/2021 R\$ 4.701), representado principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.

11. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2022	31/12/2021
Carteira de crédito - valores a processar / liberar	44.917	40.516
Provisões de pessoal e administrativa	23.096	24.168
Sociais e estatutárias	18.540	17.924
Resultado de exercícios futuros	13.931	7.606
Fiscais e previdenciárias	13.484	23.604
Provisão IOF a recolher	314	554
Outros	2.841	6.250
Total	117.123	120.622
Circulante	116.448	119.947
Não Circulante	675	675
Total	117.123	120.622

Notas Explicativas**12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital social**

Dividido em 58.736.269 (31/12/2021 58.736.269) de ações ordinárias e 44.206.287 (31/12/2021 44.206.287) de ações preferenciais sem valor nominal. É assegurado às ações preferenciais, que não possuem direito de voto, um dividendo mínimo de 8% ao ano sobre a parte e respectivo valor do capital que essas ações representam.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/03/2022, homologada em 30/06/2022, pelo Banco Central do Brasil, aprovou o aumento de capital social para R\$ 517.001 mediante incorporação de reservas de lucros no montante de R\$ 27.403.

b) Dividendos

O Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme previsto no artigo 31 do Estatuto Social e artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26/12/1995.

	Exercícios	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	45.970	76.059
(-) Reserva legal	(2.299)	(3.803)
Lucro líquido ajustado	43.671	72.256
Juros sobre capital próprio - valor bruto	20.892	21.252
(-) Imposto de renda na fonte - 15%	(3.134)	(3.188)
Juros sobre capital próprio - valor líquido	17.758	18.064
% sobre o lucro líquido ajustado	41%	25%

Para o exercício findo, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 20.892 (2021 R\$ 21.252), correspondendo ao valor bruto de R\$ 474,02 (2021 R\$ 448,90) por lote de mil ações preferenciais e para ações ordinárias não houve pagamento em 2022 (2021 R\$ 25,05 por lote de mil ações). Os juros sobre o capital próprio referente ao primeiro semestre totalizaram R\$ 10.446 (2021 R\$ 9.892), correspondendo ao valor bruto de R\$ 237,01 (2021 R\$ 224,45) por lote de mil ações preferenciais. Para o segundo semestre de 2022 foi aprovado o valor de R\$ 10.446 (2021 R\$ 11.360), correspondendo ao valor bruto de R\$ 237,01 (2021 R\$ 224,45) por lote de mil ações preferenciais e para ações ordinárias não houve pagamento (2021 R\$ 25,05 por lote de mil ações).

A adoção do pagamento de juros sobre o capital próprio aumentou o resultado da Companhia em R\$ 8.357 (2021 R\$ 8.501) face ao benefício fiscal obtido. Os juros foram contabilizados em conformidade com a Circular Bacen nº 2.739/97, Deliberação CVM nº 207/96 e em atendimento às disposições fiscais.

c) Reservas de lucros

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva legal	77.086	74.787
Reservas estatutárias - aumento de capital	374.710	381.612
Reservas estatutárias - dividendos	90.282	88.004
Total	542.078	544.403

Notas Explicativas**d) Ações em tesouraria - programa de recompra de ações**

Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do artigo 18, alínea “h” do Estatuto Social da Companhia, em 13/03/2019 o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação no valor total de até R\$ 3.600, sem redução de capital social. Poderão ser adquiridas até a) 300.000 ações ordinárias e b) 400.000 ações preferenciais. O prazo para execução do Programa é de até 18 meses contados da data da deliberação, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação a qualquer instante pelo referido conselho. Foram adquiridas no âmbito do referido programa, 30.900 ações ordinárias no montante de R\$ 165 e 30.100 ações preferenciais no montante de R\$ 189.

A quantidade de ações em tesouraria em 31/12/2022 era de 157.800 ações ordinárias e 132.200 ações preferenciais, registradas ao custo de aquisição no valor total de R\$ 1.407.

Em 31/12/2022 os custos mínimo, médio e máximo por ação em estoque para as ações ON era de R\$ 4,13, R\$ 5,32 e R\$ 5,58 e por ação PN o custo mínimo, médio e máximo era de R\$ 4,96, R\$ 6,04 e R\$ 6,40 respectivamente.

O valor de mercado das ações, em 31/12/2022, era de R\$ 5,18 por ação ON e R\$ 5,15 por ação PN.

Notas Explicativas



13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021	Exercícios	
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	2022 Receitas (Despesas)	2021 Receitas (Despesas)
Disponibilidades	13.191	9.634	-	-
- Controlada	13.191	9.634	-	-
Banco Alfa S.A.	13.191	9.634	-	-
Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros	(5.321.661)	(4.645.494)	(573.680)	(161.917)
- Outras partes relacionadas (1)	(5.321.661)	(4.645.494)	(573.680)	(161.917)
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	-	-	-	(26)
Banco Alfa de Investimento S.A.	(5.321.661)	(4.645.494)	(573.680)	(161.891)
Aquisição de ativos financeiros (2)	1.679	4.831	614	1.621
- Controlada	1.679	4.831	614	1.593
Banco Alfa S.A.	1.679	4.831	614	1.593
- Outras partes relacionadas (1)	-	-	-	28
C&C Casa e Construção Ltda.	-	-	-	28
Juros sobre o capital próprio e dividendos	(5.139)	(4.974)	-	-
- Controlada	-	1.013	-	-
Banco Alfa S.A.	-	1.013	-	-
- Outras partes relacionadas (1)	(1.857)	(2.856)	-	-
Alfa Holdings S.A.	(2)	(372)	-	-
Consórcio Alfa de Administração S.A.	(2)	(372)	-	-
Corumbal Participações e Administração	(1.853)	(2.112)	-	-
- Pessoal chave da Administração da entidade	(3.282)	(3.131)	-	-
Outras transações	(694)	(631)	-	43.434
- Controlada	(273)	(247)	-	43.434
Banco Alfa S.A.	(273)	(247)	-	43.434
- Outras partes relacionadas (1)	(421)	(384)	-	-
Alfa Corretora de Valores Mobiliários S.A.	-	(27)	-	-
Banco Alfa de Investimento S.A.	(421)	(357)	-	-

Todas as transações entre a Companhia e partes relacionadas são efetuadas a preços e/ou taxas compatíveis com as praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações.

(1) Realizadas com pessoas físicas e/ou jurídicas, não se tratando de controladoras, controladas ou coligadas.

(2) Refere-se a aquisição de operações de crédito consignado junto à controlada (com coobrigação), realizadas na vigência da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas é fixada a verba máxima para remuneração global dos membros da Diretoria e do Conselho da Administração.

Em 2022, foi deliberado em Assembleia, o valor médio mensal da verba máxima para remuneração global de até R\$ 859 (R\$ 784 em 2021). No exercício de 2022, foi pago a título de remuneração da administração o valor total de R\$ 12.595 (2021 R\$ 10.375). A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração.

Notas Explicativas



(b.1) Em 29/10/2018 o Banco Central do Brasil editou a Resolução nº4.693/2018 que autoriza, a partir de 01/01/2019 as instituições financeiras a realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições previstas em seu artigo 6º e os limites definidos em seu artigo 7º, a saber:

- Artigo 6º: As operações de crédito somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil e risco de crédito;
- Artigo 7º: Limites – O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao Patrimônio Líquido Ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido do valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais:
 - a) 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural e;
 - b) 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

c) Participação acionária:

Os membros do Conselho de Administração possuem em conjunto a seguinte participação acionária em 31 de dezembro de 2022: Ordinárias 1,898%, Preferenciais 35,865% e do total de ações 16,484%.

14. GERENCIAMENTO DE RISCO

a) Risco Corporativo

O gerenciamento de Riscos Corporativos tem o papel de assegurar que as diretrizes da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) do Conglomerado Prudencial Alfa ("Prudencial") sejam tempestivamente monitoradas de forma que o nível de risco assumido mantenha-se sempre em conformidade com os limites estabelecidos para cada natureza de risco.

O gerenciamento dos riscos abrange todas as áreas e colaboradores do Prudencial. Os riscos, falhas e/ou deficiências, que possam surgir decorrentes das atividades desempenhadas no Prudencial, devem ser reportados tempestivamente às áreas de controles para o tratamento adequado. O gerenciamento de riscos e de capital são supervisionados de forma integrada pela Diretoria de Gestão Integrada de Riscos alinhada com as premissas e limites definidos nas Política de Gerenciamento Integrado de Riscos, Política de Responsabilidade Socioambiental e RAS, aprovadas pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento integrado dos riscos é de responsabilidade do Departamento de Gestão de Riscos que além de coordenar diretamente as atividades deste processo, desempenha também o papel de disseminador da cultura de mitigação e gerenciamento de riscos no Prudencial. O Departamento de Gestão de Riscos se reporta ao *Chief Risk Officer* (CRO) que, por sua vez, reporta-se à Alta Administração.

Em atendimento às Resoluções nºs 4.557/2017 e 4.327/2014 do Banco Central do Brasil, o Prudencial mantém estrutura específica para o gerenciamento integrado dos riscos, para o gerenciamento do capital e para o monitoramento do risco socioambiental. A descrição das estruturas do gerenciamento integrado de riscos e do gerenciamento do risco socioambiental estão disponíveis no endereço eletrônico: www.alfanet.com.br.

Notas Explicativas



b) Risco de Mercado

Tem por objetivo definir as principais diretrizes que orientam o gerenciamento do risco de mercado do Prudencial, definindo estratégias que possam identificar, avaliar e monitorar as exposições sujeitas ao risco de mercado e estabelecer limites e procedimentos que possam manter o Prudencial exposto a um nível aceitável e compatível com seus objetivos definidos na RAS (Declaração de Apetite por Riscos). O processo de monitoramento será automatizado de forma a medir, monitorar e controlar todas as operações sujeitas ao risco de mercado, gerando relatórios tempestivos para a Diretoria.

c) Risco de Liquidez

O Prudencial deverá operar com nível de liquidez compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a esse risco. Devemos operar com um nível suficiente de liquidez para honrar prontamente as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes da prestação de garantias. O Prudencial deverá manter um estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos rapidamente em caixa em situações de estresse, além de manter o perfil de sua captação adequado ao risco de liquidez de seus ativos, observando uma diversificação adequada de suas fontes de captações.

d) Risco de Crédito

O Prudencial tem por princípio operar de forma cuidadosa e conservadora quando da concessão de crédito em qualquer dos segmentos em que atua. Para isso devemos priorizar os segmentos mais seguros, de modo a construir uma carteira com ativos de qualidade, rentável e com baixo índice de perdas. O objetivo do gerenciamento do Risco de Crédito é o de garantir que esse princípio de prudência sejam aplicados na concessão dos limites de crédito, onde o acompanhamento das operações seja feito de maneira efetiva, e que eventuais problemas sejam identificados de forma rápida e submetidos a Diretoria para a decisão das medidas a serem tomadas.

e) Risco Operacional

O Gerenciamento do Risco Operacional tem por objetivo identificar, avaliar e monitorar o risco operacional, associado aos produtos e os fluxos operacionais das principais atividades do Prudencial, avaliando-se a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas operacionais, inadequação de processos internos ou sistemas, deficiências ou inadequação de processos internos, sistemas ou seus colaboradores.

O processo de monitoramento também deverá contemplar a avaliação dos potenciais efeitos da interrupção parcial ou total das atividades do Prudencial, assegurando que as estratégias definidas para assegurar a continuidade das atividades críticas da instituição sejam adequadas e eficientes.

A contínua avaliação destes riscos deverá nos permitir a identificação, classificação e a documentação dos processos críticos do Prudencial, assegurando que eventuais perdas de natureza operacional sejam pouco frequentes e sem grande impacto financeiro para o Prudencial.

f) Risco Socioambiental

O gerenciamento do Risco Socioambiental constitui-se de um conjunto de práticas, controles e iniciativas, com as quais o Prudencial visa resguardar-se da ocorrência de eventos que possam trazer-lhe prejuízo financeiro ou de reputação, decorrentes de transações com clientes ou fornecedores que não atendam as normas socioambientais vigentes.

Notas Explicativas**15. ÍNDICE DE CAPITAL E DE ALAVANCAGEM**

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 4.955/21, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência considerando as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial para cálculo do Índice de Capital. Adicionalmente através da Resolução nº 4.958/21, instituiu apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O Índice de Capital para 31 de dezembro de 2022 apurado nos termos das referidas Resoluções é de 14,48% (31/12/2021 14,53%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Prudencial, quando comparados aos requisitos mínimos do Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal de 10,5%. O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido, Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Capital do Conglomerado Prudencial Alfa.

	Prudencial	
	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência – Nível I	2.737.405	2.647.229
Capital Principal	2.737.405	2.647.229
Patrimônio Líquido	2.765.118	2.673.268
(-) Ajustes Prudenciais	(27.713)	(26.039)
Patrimônio de Referência (PR)	2.737.405	2.647.229
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	18.910.210	18.215.203
Parcela relativa ao:		
Risco de Crédito	17.207.313	16.133.729
Risco de Mercado	287.010	744.691
Risco Operacional	1.415.887	1.336.783
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	1.512.817	1.457.216
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal	472.755	364.304
Índice de Basileia	14,48%	14,53%
Capital de Nível I	14,48%	14,53%
Capital Principal	14,48%	14,53%

O Banco Central do Brasil, através da Circular nº 3.748/2015 instituiu o Índice Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. O RA é definido como a razão entre Capital Nível I e Exposição Total.

Em 31 de dezembro de 2022, o Índice de Razão de Alavancagem do Conglomerado Prudencial Alfa é de 10,16% (31/12/2021 10,36%).

Notas Explicativas



16. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Outras receitas operacionais

	2º Semestre	Exercícios	
	2022	2022	2021
Reversão de provisão fiscal	-	-	3.110
Dividendos prescritos	315	818	998
Atualização de tributos a compensar e depósitos judiciais	1.046	2.313	1.677
Receita com portabilidade de crédito	601	1.229	1.597
Reversão de provisão operacional	212	545	149
Outras rendas operacionais	22	23	491
Total	2.196	4.928	8.022

b) Despesas administrativas

	2º Semestre	Exercícios	
	2022	2022	2021
Processamento de dados	(15.273)	(27.682)	(22.301)
Serviços de terceiros	(8.220)	(15.434)	(12.513)
Aluguéis	(4.573)	(9.364)	(8.698)
Serviços técnicos especializados	(4.009)	(8.177)	(6.793)
Serviços do sistema financeiro	(2.794)	(5.114)	(5.467)
Promoções e relações públicas	(1.834)	(3.661)	(2.971)
Propaganda e publicidade	(2.922)	(5.071)	(6.284)
Comunicações	(1.919)	(3.702)	(3.576)
Contribuições filantrópicas	(464)	(464)	(1.431)
Depreciação e amortização	(1.308)	(2.591)	(2.461)
Outras despesas administrativas	(3.853)	(7.466)	(6.500)
Total	(47.169)	(88.726)	(78.995)

c) Outras despesas operacionais

	2º Semestre	Exercícios	
	2022	2022	2021
Comissões	(11.826)	(21.451)	(17.011)
Despesas com intermediação / equalização de contratos	(7.247)	(12.724)	(12.408)
SVR - Sistema de Valores a Receber	-	(1.754)	-
Ressarcimento de custo de originação	(594)	(1.492)	(3.644)
Despesas com créditos inadimplentes	(797)	(1.432)	(1.372)
Indenização trabalhista e cível	(395)	(937)	(3.914)
Prêmio de operações de vendas - ligadas	(180)	(270)	(530)
Outras despesas operacionais	(2.304)	(4.276)	(4.517)
Total	(23.343)	(44.336)	(43.396)

Notas Explicativas**d) Contratação de seguros**

O Conglomerado tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, seu patrimônio. A cobertura de seguros contra riscos operacionais do Conglomerado era composta por R\$ 109.133 (31/12/2021 R\$ 102.245) para danos materiais. Além disso, possui cobertura para Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil de R\$ 6.000 (31/12/2021 R\$ 6.000) e R\$ 3.000 (31/12/2021 R\$ 3.000), para suprir eventuais danos ao Conglomerado.

e) Planos de remuneração baseados em ações e outros benefícios pós-emprego a seus empregados

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 695, de 13/12/2012 informamos que a Companhia, não mantém planos de remuneração em ações (*stock options*) e outros benefícios pós emprego a seus empregados.

17. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADA

Investida	% Participação	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro do Período	Qte de ações ordinárias	Valor contábil do Investimento		Resultado de Equivalência Exercícios	
						31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
Banco Alfa S.A	80%	60.638	121.930	1.449	20.304.520	97.544	97.020	1.159	8.154

18. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604 de 29/08/2008, apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa está constituído por:

	2º Semestre		
	2022	31/12/2022	31/12/2021
No início do período	1.864.524	3.866.462	1.347.598
Disponibilidades	13.074	9.789	12.699
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	1.851.450	3.856.673	1.334.899
No final do período	4.330.079	4.330.079	3.866.462
Disponibilidades	13.315	13.315	9.789
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	4.316.764	4.316.764	3.856.673
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.465.555	463.617	2.518.864

(i) Referem-se as operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

19. OUTROS ASSUNTOS

O Supremo Tribunal Federal julgou dois recursos extraordinários - RE 955227 (Tema 885) e RE 949297 (Tema 881), de relatoria dos ministros Luís Roberto Barroso e Edson Fachin. Tais julgamentos tinham como objeto a análise dos efeitos da coisa julgada em matéria tributária. O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte posteriormente se posicione em sentido contrário. O Conglomerado Financeiro Alfa informa que cumpre integralmente suas obrigações fiscais com base a legislação tributária vigente e que a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) não produz efeitos com relação às Empresas do grupo.

Notas Explicativas

**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM IFRS****Em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e disponibilidades em bancos	3 / 4	138	190
Instrumentos financeiros derivativos	3 / 5	35.466	17.898
Operações de crédito e adiantamento a instituições financeiras	3 / 6	5.688.100	4.010.547
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	3 / 7	7.243.832	6.701.233
Títulos para investimento	3 / 8	211.419	263.665
Ativos tangíveis		8.218	8.340
Ativos intangíveis		1.729	1.750
Ativos tributários diferidos	22b	105.248	86.637
Ativos recebidos em dação por recuperação de créditos		1.916	1.042
Outros Ativos	9	106.091	90.665
TOTAL DO ATIVO		13.402.157	11.181.967
OBRIGAÇÕES			
Passivos com instituições financeiras	3 / 10	11.938.494	9.612.389
Depósitos de clientes	3	88.638	75.629
Instrumentos financeiros derivativos	3 / 5	115.819	243.719
Empréstimos e repasses	3 / 11	2.457	4.852
Obrigações fiscais		47.115	52.894
Passivos contingentes e obrigações legais	12	28.773	18.334
Outros passivos	13	100.064	111.269
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES		12.321.360	10.119.086
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14a	517.001	489.598
Reserva de capital		4.099	4.099
Reserva de Lucros	14b	542.078	544.403
Ações em tesouraria	14a	(1.407)	(1.407)
Lucros acumulados	14c	(5.673)	1.654
TOTAL DO PATRIMÔNIO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		1.056.098	1.038.347
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		24.699	24.534
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.080.797	1.062.881
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.402.157	11.181.967

Demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com o IAS 34. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO EM IFRS****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Exercícios	
		2022	2021
Receitas de juros e similares	15	1.472.615	633.184
Despesas de juros e similares	15	(1.059.031)	(341.894)
Resultado líquido de juros		413.584	291.290
Receitas de serviços e comissões	16	19.023	23.375
Despesas de serviços e comissões	16	(37.722)	(35.005)
Resultado líquido de serviços e comissões		(18.699)	(11.630)
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	5f	36.674	169.602
Outras receitas	17	9.586	15.091
Resultado operacional		441.145	464.353
Resultado de perdas esperadas de ativos financeiros	18	(47.203)	(23.400)
Despesas de pessoal	19	(189.414)	(169.785)
Gastos gerais administrativos	20	(107.314)	(100.846)
Outras despesas	21	(46.720)	(46.405)
Resultado antes dos impostos		50.494	123.917
Imposto sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos	22a	(11.527)	(44.591)
Resultado líquido do exercício		38.967	79.326
Parcela do resultado dos acionistas controladores		38.643	77.245
Parcela do resultado dos acionistas não controladores		324	2.081
Total do resultado do exercício		38.967	79.326
LUCRO POR AÇÃO (em Reais)			
Lucro Básico e Diluído por 1.000 Ações (em Reais - R\$)			
Ações Ordinárias		360,95	721,51
Ações Preferenciais		397,04	793,66
Lucro Líquido Atribuído			
Ações Ordinárias		21.144	42.265
Ações Preferenciais		17.499	34.980
Média ponderada das ações emitidas - básica e diluída			
Ações Ordinárias		58.578	58.578
Ações Preferenciais		44.074	44.074

Demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com o IAS 34. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE EM IFRS****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Exercícios	
	2022	2021
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	38.967	79.326
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO	38.967	79.326

Demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com o IAS 34. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM IFRS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido dos Controladores	Participação de Acionistas não Controladores	Patrimônio Líquido Total
Saldos em 31/12/2020	473.930	4.099	505.264	(1.407)	468	982.354	22.937	1.005.291
Aumento de Capital - AGE/AGO 31/03/2021	15.668	-	(15.668)	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	77.245	77.245	2.081	79.326
Destinações :								
Reservas	-	-	54.807	-	(54.807)	-	-	-
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(21.252)	(21.252)	(484)	(21.736)
Saldos em 31/12/2021	489.598	4.099	544.403	(1.407)	1.654	1.038.347	24.534	1.062.881
Mutações do Período	15.668	-	39.139	-	1.186	55.993	1.597	57.590
Saldos em 31/12/2021	489.598	4.099	544.403	(1.407)	1.654	1.038.347	24.534	1.062.881
Aumento de Capital - AGE/AGO 30/03/2022	27.403	-	(27.403)	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	38.643	38.643	324	38.967
Destinações :								
Reservas	-	-	25.078	-	(25.078)	-	-	-
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(20.892)	(20.892)	(159)	(21.051)
Saldos em 31/12/2022	517.001	4.099	542.078	(1.407)	(5.673)	1.056.098	24.699	1.080.797
Mutações do Período	27.403	-	(2.325)	-	(7.327)	17.751	165	17.916

Demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com o IAS 34. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO VALOR ADICIONADO EM IFRS****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Exercícios	
	2022	2021
1. RECEITAS	1.490.695	817.852
Receitas de Juros e Similares	1.472.615	633.184
Resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos	36.674	169.602
Receitas de serviços e comissões	19.023	23.375
Resultado das perdas com <i>impairment</i> de ativos financeiros	(47.203)	(23.400)
Outras Receitas Operacionais	9.586	15.091
2. DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.059.031	341.894
3. MATERIAIS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	151.297	139.342
Materiais, Energia e Outros (Materiais de consumo, telefone e água)	5.096	5.073
Serviços de Terceiros	146.201	134.269
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	280.367	336.616
5. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	2.868	2.738
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	277.499	333.878
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	277.499	333.878
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	277.499	333.878
Pessoal	165.743	147.266
Remuneração Direta	122.962	108.787
Benefícios	32.206	29.048
F.G.T.S.	10.575	9.431
Impostos, Taxas e Contribuições	62.099	96.351
Federais	58.792	93.154
Estaduais	-	5
Municipais	3.307	3.192
Remuneração de Capitais de Terceiros	10.216	9.201
Aluguéis	10.216	9.201
Outras (Doações Filantrópicas)	474	1.734
Remuneração de Capitais Próprios	38.967	79.326
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	21.051	21.736
Lucros Retidos dos Exercícios	17.592	55.509
Participação não Controladores	324	2.081

Demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com o IAS 34. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO FLUXO DE CAIXA EM IFRS – MÉTODO INDIRETO****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Exercícios	
	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	38.967	79.326
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO	92.609	52.261
- Depreciações e Amortizações	2.868	2.738
- Perdas Esperadas	56.826	34.736
- Ajustes de Provisão de Passivos Contingentes	34.197	15.651
- Ajustes de Atualização de Depósito Judicial	(1.282)	(864)
(AUMENTO) DOS ATIVOS OPERACIONAIS	(723.706)	729.960
Instrumentos Financeiros Derivativos	(17.568)	(15.406)
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	(73.084)	(6.174)
Operações de Crédito e Adiantamentos a Clientes	(599.425)	663.432
Ativos Tributários Diferidos	(18.611)	74.625
Ativos Recebidos em Dação por Recuperação de Créditos	(873)	400
Outros Ativos	(14.145)	13.083
AUMENTO DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	2.168.861	1.786.158
Passivos com Instituições Financeiras	2.326.106	4.201.676
Depósitos de clientes	13.010	2.425
Instrumentos Financeiros Derivativos	(127.900)	(285.669)
Títulos Emitidos	-	(2.032.159)
Empréstimos e Repasses	(2.395)	(2.841)
Obrigações Fiscais	(5.779)	(66.060)
Passivos Contingentes e Obrigações Legais	(23.758)	(20.426)
Pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social	(26.527)	(38.168)
Outros Passivos	16.104	27.380
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.576.731	2.647.705
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Ativos Tangíveis	(2.146)	(3.381)
Aplicações no Intangível	(672)	(470)
Alienação de Ativos Tangíveis	93	229
(Aumento) / Redução de Títulos para Investimento	52.246	23.936
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	49.521	20.314
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos e juros sobre o Capital Próprio Pagos	(21.835)	(20.019)
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO EM) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(21.835)	(20.019)
AUMENTO / (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.604.417	2.648.000
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	3.997.100	1.349.100
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	5.601.517	3.997.100
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.604.417	2.648.000

Demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com o IAS 34. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM IFRS

a) Declaração de conformidade

Este conjunto de demonstrações financeiras foi elaborado considerando o estabelecido na Resolução nº 3.786 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas Internacionais (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

Essas Normas e Interpretações constituem o padrão IFRS e compreendem:

- Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS);
- Normas Internacionais de Contabilidade (IAS); e
- Interpretações desenvolvidas pelo Comitê de Interpretações de Relatórios Financeiro Internacional (IFRIC) ou pelo antigo Comitê Permanente de Interpretações (SIC).

As práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referente a 31 de dezembro de 2022 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2021, divulgadas em conjunto para efeito de comparação.

As notas explicativas às demonstrações financeiras contêm descrições narrativas e detalhes da composição das informações apresentadas nos balanços patrimoniais, na demonstração dos resultados, na demonstração dos resultados abrangentes, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos fluxos de caixa.

Estas demonstrações financeiras foram concluídas em 15 de fevereiro de 2023 e aprovadas pelos Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia e sua controlada, em 16 de fevereiro de 2023.

b) Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às Normas e Instruções do CMN, do BACEN, da CVM, quando aplicável, incluindo os procedimentos de consolidação estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 36, tendo sido eliminada a participação na empresa consolidada, os saldos de contas, as despesas e receitas e os lucros não realizados entre empresas. Também foram destacadas as parcelas do lucro líquido e patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores.

Essas informações consolidadas incluem as demonstrações financeiras da companhia e do Banco Alfa S.A., controlada direta e seu respectivo percentual de participação de 80%.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

d) Base para mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas tomando por base o custo amortizado, com exceção dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ativos e passivos por valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas



O valor contábil de operações de crédito designadas como objeto de “*hedge*” em transações qualificáveis para “*hedge* contábil” é ajustado ao valor justo no que diz respeito ao montante do risco “*hedgado*”.

e) Uso de estimativas e julgamentos

No processo de elaboração das demonstrações financeiras em IFRS da Companhia e sua controlada, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e da utilização de estimativas ocorrem com:

- Perda esperada de operações de crédito e adiantamentos a clientes e à instituições financeiras (Notas Explicativas nº 3, 6 e 7);
- Categorização e avaliação de instrumentos financeiros (Notas Explicativas nº 3, 5, 6, 7 e 8);
- Passivos Contingentes e Obrigações legais (Nota Explicativa nº 12);
- Ativos tributários diferidos (Nota Explicativa nº 22b) e
- Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Instrumentos Financeiros Derivativos (Notas Explicativas nº 3, 5 e 8).

A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados.

Informações adicionais sobre o uso de estimativas e julgamentos são apresentadas diretamente nas notas explicativas específicas.

f) Mudanças nas principais práticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas nessas demonstrações financeiras consolidadas são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

IFRS 16 – Arrendamentos

A nova norma não altera a definição de arrendamento, em que o arrendador transfere ao arrendatário, em troca de um pagamento ou uma série de pagamentos, o direito de utilizar o ativo por um período de tempo pactuado. Porém não existe mais a distinção entre os critérios contábeis aplicados para arrendamento operacional e arrendamento financeiro.

A Companhia e sua controlada analisou seus contratos de arrendamento nos termos do IFRS16 – Arrendamento e não há efeitos significativos de valores decorrente da nova avaliação de classificação nas demonstrações financeiras.

IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro

Aplica-se a qualquer situação em que haja incerteza sobre se um tratamento fiscal é aceitável de acordo com as legislações tributárias. O escopo da Interpretação inclui todos os impostos abrangidos pela IAS 12, ou seja, tanto o imposto corrente como o imposto diferido, no entanto, não se aplica à incerteza relativa a impostos abrangidos por outras normas.

A Companhia e sua controlada não possuem impactos para fins de IFRIC 23.

Notas Explicativas



2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e disponibilidades em bancos

O saldo em caixa e disponibilidades em bancos compreende disponibilidades em caixa e depósitos bancários a vista (no Brasil).

b) Instrumentos financeiros ativos e passivos

Companhia e sua controlada tratam seus instrumentos financeiros ativos e passivos nos termos do IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. A classificação dos ativos financeiros é fundamentada nos modelos de negócios aprovados pela Administração da Companhia e sua controlada, bem como nas características dos fluxos de caixa contratados.

i. **Reconhecimento e mensuração inicial IFRS 9**

Todos os instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo. No curso normal dos negócios, o valor justo de um instrumento financeiro no seu reconhecimento inicial é o preço da transação, acrescido (para instrumentos não avaliados subsequentemente a valor justo contra resultado) dos custos de transação que são incrementais, diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

ii. **Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros e hierarquia do valor justo**

Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia e sua controlada estão classificados em uma das categorias apresentadas de acordo com o IFRS 9 a seguir:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: i) aqueles cujo o objetivo do modelo de negócio seja manter ativos para receber fluxos de caixas contratuais; e ii) os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxo de caixa que se referem exclusivamente a pagamento do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros (instrumentos de dívida) classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente: i) aqueles ativos cujo o objetivo do modelo de negócios seja alcançado pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e ii) os termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamento do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
- Ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos que não se enquadrem nos itens "1" e "2" acima. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Passivos Financeiros: são classificados como mensurados ao custo amortizados; excetos os passivos derivativos.

Notas Explicativas



O IFRS 13 define que a determinação do valor justo de um Ativo ou Passivo financeiro pode prever o uso de três abordagens quanto ao tipo de informação utilizada para avaliação, as quais são chamadas níveis de hierarquia de valor justo, a saber:

- i. Nível I: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- ii. Nível II: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- iii. Nível III: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

As práticas contábeis adotadas para cada uma das categorias de instrumentos financeiros são apresentadas em tópicos específicos deste capítulo.

iii. **Baixa**

Ativos financeiros são baixados quando a) os direitos contratuais sobre seus fluxos de caixa expiram; ou b) quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são transferidos; ou c) quando não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não o controla.

Os passivos financeiros (ou uma parte de um passivo financeiro) são baixados quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou se expiram, conforme requer o IFRS 9, parágrafo 3.3.1.

A Companhia e sua controlada realizaram operações de cessão de crédito com coobrigação nas quais ativos financeiros reconhecidos foram transferidos, porém, em razão da coobrigação assumida, os riscos dos ativos cedidos se mantiveram retidos. Nestas circunstâncias, conforme requer o IFRS 9, parágrafo 3.2.3, os ativos cedidos não são baixados do balanço patrimonial e uma obrigação é reconhecida pelo montante captado na transação. O resultado da operação é reconhecido tomando por base a taxa efetiva da operação ao longo do seu prazo remanescente.

A Companhia e sua controlada realizaram a baixa de operação de crédito e adiantamentos e títulos de investimento quando estes não são considerados incobráveis.

iv. **Compensação de ativos e passivos financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço quando, e somente quando, a controlada da Companhia possuem o direito legal de compensar os valores, e a intenção de liquidá-los pelo valor líquido ou de realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

As receitas e as despesas são apresentadas em bases líquidas somente quando permitido pelas normas contábeis.

c) **Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia e sua controlada decidiram manter sua contabilidade de *Hedge Accounting* alinhadas com as diretrizes de gestão de riscos estabelecidas em suas políticas contábeis de acordo com o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, tal como facultado pelo IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e descrito abaixo.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias da Companhia e sua controlada. As valorizações ou desvalorizações são registradas em "Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos".

Notas Explicativas



Os instrumentos financeiros derivativos realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pelo IAS 39, são classificados de acordo com sua natureza em:

- *Hedge* de Valor Justo: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado;
- *Hedge* de Fluxo de Caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada do patrimônio líquido.

A Companhia e sua controlada não realizaram até o momento, operação com instrumento financeiro derivativo com o objetivo de proteção ("*hedge*") com natureza de "*hedge* de fluxo de caixa".

A Companhia e sua controlada, conforme descrito na nota explicativa nº 5, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, fazem uso de instrumentos financeiros derivativos, contratos de SWAP registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão. Classificados como "*Hedge* de Valor Justo", tendo como objeto operações de crédito.

Para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela B3.

As operações de crédito designadas para "*hedge*" de valor justo, como previsto no IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, são mensuradas a valor justo apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 (DI X PRE) para cada respectivo vencimento. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, entretanto, nas mensurações subsequentes reconhecem-se em resultado as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras.

A efetividade da proteção ("*hedge*"), conforme requer o IAS 39, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota explicativa nº 5.

d) Operações de crédito e adiantamentos

As operações de crédito e adiantamentos para instituições financeiras e clientes são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo, originados pela Companhia e sua controlada, reconhecidos por ocasião do seu desembolso e que não existe intenção de venda no curto prazo. São baixadas quando o cliente paga sua obrigação, quando não há expectativa de gerar fluxo de caixa futuro (inadimplência) ou quando cedidas com transferência substancial de todos os riscos e benefícios. As operações de crédito e adiantamentos para instituições financeiras e clientes são inicialmente registradas pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo incremental diretamente atribuível e são subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, reduzido por qualquer perda esperada. Para as operações ou parcelas de operações de crédito e adiantamentos que sejam designados como objeto de "*hedge*", e cujo relacionamento de "*hedge*" se qualifica para "*hedge*" contábil de valor justo, o valor de carregamento destas operações especificamente no que diz respeito ao risco "*hedgeado*" é ajustado a valor justo.

Operações de compra de ativos financeiros com compromisso de revenda são registradas como operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras. A diferença entre o preço de compra e revenda é tratado como juros e apropriado de forma exponencial ao longo do prazo da operação.

Notas Explicativas



e) Perdas esperadas de operações de crédito e adiantamentos

A IFRS 9 determina a utilização de um modelo prospectivo de “perda esperada”. Isso exige um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam a perda esperada de crédito, que será determinada com base em probabilidades ponderadas. A perda esperada de crédito é resultado do produto de 3 fatores: a probabilidade de descumprimento (PD), a perda irreversível do descumprimento (LGD) e a exposição ao descumprimento (EAD).

A PD refere-se à probabilidade de descumprimento de um cliente para com suas obrigações de liquidação de uma operação de crédito. A PD é calculada através de modelo estatístico interno baseada em informações sobre o cliente - seu risco interno (*rating*), produto, garantias prestadas, histórico financeiro com companhia entre outros. O LGD trata da perda irreversível do descumprimento da operação de crédito após o emprego de todas as medidas de recuperação e cobrança cabíveis no processo. Por fim a EAD refere-se à exposição contábil sujeita ao descumprimento da liquidação do crédito na data da apuração da perda esperada. Adicionalmente, além dos fatores utilizados na apuração da perda esperada, a companhia e sua controlada consideram o efeito de variáveis macroeconômicas, que podem sensibilizar esta apuração.

A perda esperada é mensurada nas seguintes bases:

- a) Perdas de crédito esperada para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e
- b) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia e sua controlada mensuram a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação;
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

f) Ativos recebidos em dação por recuperação de créditos

Os ativos originalmente recebidos em garantia, que são retomados em ações de cobrança ou recebidos em “dação em pagamento” por recuperação de créditos são inicialmente classificados na rubrica de “ativos recebidos em dação por recuperação de créditos” e são registrados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor entre seu valor justo, deduzidos dos custos esperados na venda, e o valor contábil do crédito ou adiantamento concedido objeto da recuperação.

Subsequentemente, estes ativos são reavaliados no mínimo por ocasião dos balanços, pelo menor valor entre o valor de seu reconhecimento inicial e o seu valor justo deduzido dos custos esperados na venda.

g) Ativos tangíveis

O imobilizado é demonstrado pelo valor de custo, excluindo os gastos com manutenção, deduzida a depreciação acumulada e, se necessário, o ajuste ao seu valor de recuperação.

A depreciação é calculada usando o método linear para baixar o custo do imobilizado ao seu valor residual ao longo de sua vida útil estimada. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas de imobilizados são as seguintes:

Notas Explicativas

Descrição	Tempo de vida útil estimado
Veículos e Equipamentos de Processamento de dados	05 anos
Demais itens	10 anos

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em "Outras Receitas" na demonstração do resultado do período em que o ativo foi alienado.

h) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivativos incluem recursos de depósitos captados junto a clientes e instituições financeiras, títulos emitidos, captações de empréstimos e recursos de repasses.

Estes passivos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescidos dos custos de transação incorridos e são subsequentemente avaliados pelo seu custo amortizado, com base no método da taxa de juros efetiva.

Quando os títulos são vendidos com cláusulas de compromisso de recompra a um preço predeterminado, estes ativos são mantidos no balanço e uma obrigação é registrada considerando o montante captado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratado como juros e reconhecido ao longo do prazo da operação.

Da mesma forma, portfólios de operações de crédito e adiantamentos cedidos com cláusula de coobrigação são mantidos no balanço e uma obrigação é registrada considerando o montante captado. Os ganhos e perdas apurados nas operações de cessão com coobrigação são reconhecidos no resultado ao longo do prazo das operações através do método da taxa de juros efetiva.

i) Impostos e contribuições

As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas:

	Imposto de Renda (i)	Contribuição Social (ii)	PIS	COFINS	ISS (iii)
Instituições Financeiras	25%	15% - 20%	0,65%	4%	até 5%

(i) Imposto de Renda: Inclui alíquota adicional de 10%;

(ii) Contribuição Social: A Emenda Constitucional nº 103/2019 alterou a alíquota de Contribuição Social, de 15% para 20% e é aplicável aos bancos de qualquer espécie. A Medida Provisória nº 1.115/2022, altera a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para bancos de 20% para 21% e para demais instituições financeiras 15% para 16%, sendo que estas alíquotas aplicadas no período de 01/08/2022 até 31/12/2022 e;

(iii) ISS: Aplicável sobre receitas de prestação de serviços.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos:

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do

Notas Explicativas

balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido decorre de diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O benefício fiscal de prejuízos fiscais a compensar somente é reconhecido quando constatado que lucros tributáveis futuros serão gerados em montantes suficientes para sua compensação.

A Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida no resultado, exceto quando estão relacionados com avaliação a valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda quando são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido.

j) Passivos contingentes e obrigações legais

As provisões, que incluem demandas legais contra a instituição e garantias financeiras prestadas, tendo como origem fatos passados, são constituídas sempre que uma saída de recursos para sua liquidação seja avaliada como provável e possa ser exigível legalmente, e o seu valor possa ser estimado em bases confiáveis.

As obrigações contingentes, incluem demandas legais contra a instituição e garantias financeiras prestadas, decorrentes de fatos passados mas cuja existência somente possa ser confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam sob o controle da instituição, são divulgadas em notas explicativas sempre que uma saída de recursos para sua liquidação seja avaliada como possível ou provável, neste último caso (provável), com a condição de que seus valores não possam ser estimados em bases confiáveis.

Os passivos contingentes são avaliados pela Companhia e sua controlada por meio da opinião de assessores jurídicos que levam em consideração a natureza das ações, a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança.

k) Margem financeira

As receitas e despesas de juros são contabilizadas em rubricas contábeis de receita de juros e despesas de juros, na margem financeira, para todos os instrumentos financeiros utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro com base nos contratos, para o valor corrente atual de balanço dos ativos e passivos financeiros. A taxa efetiva de juros é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros e é revista subsequentemente em casos de renegociações de operações de crédito e adiantamentos que impliquem em mudança no seu fluxo estimado de pagamentos.

Para o cálculo da taxa efetiva de juros são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais dos instrumentos financeiros, não considerando, no entanto, perdas de crédito futuras. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todos os encargos incrementais diretamente atribuíveis às operações, que incluem equalizações de taxas, ágios e deságios, e custos da transação que puderam ser atribuídas diretamente.

No que se refere aos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio resultado, o componente de juros inerente à variação no valor justo não é separado e é classificado na rubrica de resultado de instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio resultado.

O ajuste decorrente de variação no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos mantidos para gestão de riscos que se qualificam para "hedge contábil" do tipo "hedge de valor justo" são contabilizados

Notas Explicativas



como receitas e despesas de juros, na margem financeira, mesmas rubricas onde são registrados os ajustes de variação no valor justo das exposições ao risco de taxa de juros, objeto de "hedge".

As receitas de juros de operações de crédito e adiantamentos vencidas são reconhecidas até o 59º dia após o vencimento, quando deixam de ser reconhecidas pela fluência do prazo e passam a ser reconhecidas por ocasião do seu recebimento.

l) Resultado líquido de serviços e comissões

As receitas e as despesas de taxas e comissões que são incrementais e diretamente atribuíveis às operações de crédito integram a taxa efetiva de juros das operações e são apropriadas ao resultado nas rubricas de receitas ou despesas de juros, na margem financeira, ao longo dos prazos das operações.

As demais receitas de taxas e comissões, que incluem comissões entre outras, são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados.

m) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações em tesouraria.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida conversível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores.

A Companhia e sua controlada não possuem durante os períodos reportados nestas demonstrações financeiras, dívidas conversíveis, ou programas de opções sobre ações próprias que tivessem o efeito de diluição dos resultados tal como previsto pelo IAS 33.

n) Segmentos operacionais

Segmento é um componente distinto da Companhia e sua controlada que origina produtos ou serviços (segmento de negócio) ou fornece produtos ou serviços dentro de determinado ambiente econômico (segmento geográfico), e que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles dos demais segmentos.

Os segmentos operacionais reportados são definidos em uma abordagem gerencial da Companhia e sua controlada, ou seja, são aqueles regularmente revisados pela sua Administração para avaliação de performance e alocação de recursos.

As operações da Companhia e sua controlada constituem um segmento único, o segmento de Varejo, o qual é composto principalmente de operações de crédito consignado e operações de crédito direto ao consumidor.

Notas Explicativas



3. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são avaliados em base contínua a valor justo ou ao custo amortizado. O resumo das práticas contábeis apresentado na nota explicativa nº 2 descreve como as classes de instrumentos financeiros são avaliadas e como as receitas e despesas, incluindo os ganhos e perdas de ajuste a valor justo, são reconhecidas.

a) Classes de Ativos e Passivos Financeiros:

	Mensurado a Valor Justo por Meio do Resultado	Custo Amortizado (Empréstimo e Recebíveis)	Custo Amortizado (Ativos e Passivos Financeiros)	Total
Em 31 de Dezembro de 2022:				
Ativos Financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos	-	-	138	138
Instrumentos financeiros derivativos	35.466	-	-	35.466
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	5.601.379	86.721	-	5.688.100
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	(72.606)	7.316.438	-	7.243.832
Títulos para investimento	211.419	-	-	211.419
Total de ativos financeiros	5.775.658	7.403.159	138	13.178.955
Passivos Financeiros				
Passivos com instituições financeiras	-	-	11.938.494	11.938.494
Depósitos de Clientes	-	-	88.638	88.638
Instrumentos financeiros derivativos	115.819	-	-	115.819
Empréstimos e repasses	-	2.457	-	2.457
Total de passivos financeiros	115.819	2.457	12.027.132	12.145.408

	Mensurado a Valor Justo por Meio do Resultado	Custo Amortizado (Empréstimo e Recebíveis)	Custo Amortizado (Ativos e Passivos Financeiros)	Total
Em 31 de Dezembro de 2021:				
Ativos Financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos	-	-	190	190
Instrumentos financeiros derivativos	17.898	-	-	17.898
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	3.996.910	13.637	-	4.010.547
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	(61.943)	6.763.176	-	6.701.233
Títulos para investimento	263.665	-	-	263.665
Total de ativos financeiros	4.216.530	6.776.813	190	10.993.533
Passivos Financeiros				
Passivos com instituições financeiras	-	-	9.612.389	9.612.389
Depósitos de Clientes	-	-	75.629	75.629
Instrumentos financeiros derivativos	243.719	-	-	243.719
Empréstimos e repasses	-	4.852	-	4.852
Total de passivos financeiros	243.719	4.852	9.688.018	9.936.589

Notas Explicativas



b) Critério de valorização de instrumentos financeiros:

	Custo Amortizado	Valor Justo		Total
		Nível I	Nível II	
		Preços de mercado cotados em mercados ativos	Técnica de valorização baseada em dados observáveis	
Taxa Efetiva de Juros				
Em 31 de Dezembro de 2022:				
Ativos Financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos	138	-	-	138
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	35.466	35.466
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	86.721	-	5.601.379	5.688.100
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	7.316.438	-	(72.606)	7.243.832
Títulos para investimento	-	211.419	-	211.419
Total de ativos financeiros	7.403.297	211.419	5.564.239	13.178.955
Passivos Financeiros				
Passivos com instituições financeiras	11.938.494	-	-	11.938.494
Depósitos de Clientes	88.638	-	-	88.638
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	115.819	115.819
Empréstimos e repasses	2.457	-	-	2.457
Total de passivos financeiros	12.029.589	-	115.819	12.145.408

	Custo Amortizado	Valor Justo		Total
		Nível I	Nível II	
		Preços de mercado cotados em mercados ativos	Técnica de valorização baseada em dados observáveis	
Taxa Efetiva de Juros				
Em 31 de Dezembro de 2021:				
Ativos Financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos	190	-	-	190
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	17.898	17.898
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	13.637	-	3.996.910	4.010.547
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	6.763.176	-	(61.943)	6.701.233
Títulos para investimento	-	263.665	-	263.665
Total de ativos financeiros	6.777.003	263.665	3.952.865	10.993.533
Passivos Financeiros				
Passivos com instituições financeiras	9.612.389	-	-	9.612.389
Depósitos de Clientes	75.629	-	-	75.629
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	243.719	243.719
Empréstimos e repasses	4.852	-	-	4.852
Total de passivos financeiros	9.692.870	-	243.719	9.936.589

A metodologia utilizada para a mensuração dos ativos e passivos financeiros classificados como "nível II" (aplicações em depósitos interfinanceiros, instrumentos financeiros derivativos e operações de crédito objeto de "hedge") é o desconto a valor presente dos fluxos de caixa futuros destas operações, utilizando para tanto taxas usuais de mercado divulgadas pela B3 para ativos semelhantes.

A Companhia e sua controlada não possuem ativos ou passivos financeiros para os quais não existam dados para precificação disponíveis em mercados ativos, portanto, não apresenta saldos que tenham sido avaliados conforme nível III. Os títulos para investimento, classificados no nível I da hierarquia de valor justo, são mensurados ao valor justo por meio de resultado, conforme Modelo de Negócios.

Notas Explicativas



c) Distribuição dos ativos e passivos financeiros por faixa de vencimento:

	Operações Vencidas (*)	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Provisão para perda	Total
Em 31 de Dezembro de 2022:							
Ativos Financeiros							
Caixa e disponibilidades em bancos	-	138	-	-	-	-	138
Instrumentos financeiros derivativos	-	6.138	13.192	14.777	1.359	-	35.466
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	-	5.688.100	-	-	-	-	5.688.100
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	13.425	1.007.156	2.293.632	2.641.772	1.359.468	(71.621)	7.243.832
Títulos para investimento	-	1.590	203.537	-	6.292	-	211.419
Total de ativos financeiros	13.425	6.703.122	2.510.361	2.656.549	1.367.119	(71.621)	13.178.955
Passivos Financeiros							
Passivos com instituições financeiras	-	43.338	4.017.356	7.591.030	286.770	-	11.938.494
Depósitos de clientes	-	88.638	-	-	-	-	88.638
Instrumentos financeiros derivativos	-	43.704	47.635	3.936	20.544	-	115.819
Empréstimos e repasses	-	370	944	1.143	-	-	2.457
Total de passivos financeiros	-	176.050	4.065.935	7.596.109	307.314	-	12.145.408
	Operações Vencidas (*)	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Provisão para perda	Total
Em 31 de Dezembro de 2021:							
Ativos Financeiros							
Caixa e disponibilidades em bancos	-	190	-	-	-	-	190
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.163	7.918	8.817	-	17.898
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	-	4.010.547	-	-	-	-	4.010.547
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	8.385	851.681	2.167.324	2.388.148	1.341.521	(55.826)	6.701.233
Títulos para investimento	-	35.928	39.950	182.219	5.568	-	263.665
Total de ativos financeiros	8.385	4.898.346	2.208.437	2.578.285	1.355.906	(55.826)	10.993.533
Passivos Financeiros							
Passivos com instituições financeiras	-	582.617	1.501.009	4.862.399	2.666.364	-	9.612.389
Depósitos de clientes	-	75.629	-	-	-	-	75.629
Instrumentos financeiros derivativos	-	32.439	72.919	102.787	35.574	-	243.719
Empréstimos e repasses	-	619	1.729	2.277	227	-	4.852
Total de passivos financeiros	-	691.304	1.575.657	4.967.463	2.702.165	-	9.936.589

(*) Refere-se a parcelas vencidas há mais de 14 dias.

Notas Explicativas**d) Valor justo dos instrumentos financeiros:**

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos	138	138	190	190
Instrumentos financeiros derivativos	35.466	35.466	17.898	17.898
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	5.688.100	5.601.379	4.010.547	4.010.547
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	7.240.718	8.012.123	6.701.233	7.054.142
Títulos para investimento	211.419	211.419	263.665	263.665
Total de Ativos Financeiros	13.175.841	13.860.525	10.993.533	11.346.442
Passivos Financeiros				
Passivos com instituições financeiras	11.938.494	11.935.927	9.612.389	9.866.645
Passivos com clientes	88.638	88.638	75.629	75.629
Instrumentos financeiros derivativos	115.819	115.819	243.719	243.719
Empréstimos e repasses	2.457	3.983	4.852	4.858
Total de Passivos Financeiros	12.145.408	12.144.367	9.936.589	10.190.851

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidade em moeda nacional	138	190
Total	138	190

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia e sua controlada participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para atender sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, em operações comerciais e financeiras, podendo se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para a Companhia e sua controlada e com a autorização do Diretor de Tesouraria.

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de swap, registrados na B3, envolvendo taxas pré-fixadas e mercado interfinanceiro (DI) e correspondem substancialmente a operações para proteção patrimonial.

Esses instrumentos financeiros derivativos tem seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo).

Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento indexador, demonstrada pelo seu valor base, de custo amortizado e de valor justo.

Notas Explicativas



a) Instrumentos financeiros derivativos:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Instrumentos financeiros derivativos para <i>hedge</i> de valor justo	35.466	(115.819)	17.898	(243.719)
TOTAL	35.466	(115.819)	17.898	(243.719)

b) Instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Contratos de futuros:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantidade de Contratos	Valor de Referência	Valor Justo	Quantidade de Contratos	Valor de Referência	Valor Justo
Compromissos de venda – DI	5.500	(549.442)	-	23.110	(2.287.428)	-

c) Instrumentos financeiros derivativos para “*hedge*” de valor justo:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Valor Base	Custo Amortizado	Valor Justo	Valor Base	Custo Amortizado	Valor Justo
. Mercado Interfinanceiro	969.623	1.254.169	1.254.169	1.615.981	1.872.498	1.872.498
Posição Ativa	969.623	1.254.169	1.254.169	1.615.981	1.872.498	1.872.498
. Pré	969.623	1.405.038	1.334.522	1.615.981	2.158.166	2.098.319
Posição Passiva	969.623	1.405.038	1.334.522	1.615.981	2.158.166	2.098.319
Contratos de Swaps –Exposição Líquida	-	(150.869)	(80.353)	-	(285.668)	(225.821)

d) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título "Instrumentos Financeiros Derivativos":

	31/12/2022			31/12/2021		
	Ativo - Saldo a Receber			Ativo - Saldo a Receber		
	Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Hedge de valor justo	Total	Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Hedge de valor justo	Total
Swaps	-	35.466	35.466	-	17.898	17.898

	31/12/2022			31/12/2021		
	Passivo - Saldo a Pagar			Passivo - Saldo a Pagar		
	Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Hedge de valor justo	Total	Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Hedge de valor justo	Total
Swaps	-	(115.819)	(115.819)	-	(243.719)	(243.719)

e) O Saldo de instrumentos financeiros derivativos a pagar/receber estavam distribuídos segundo as seguintes faixas de vencimento:

Hedge de valor justo:

	31/12/2022					31/12/2021				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL
Swap	(19.185)	(37.565)	(34.443)	10.840	(80.353)	(32.439)	(71.756)	(94.869)	(26.757)	(225.821)

Notas Explicativas



f) Os seguintes resultados foram registrados sob o título "Instrumentos Financeiros Derivativos":

	Exercícios					
	2022			2021		
	Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Hedge de valor justo	Total	Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Hedge de valor justo	Total
Swaps	-	37.065	37.065	(6)	169.418	169.412
Futuro	(391)	-	(391)	190	-	190
Total	(391)	37.065	36.674	184	169.418	169.602

g) O ajuste de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, que reduziu o ajuste negativo da carteira de crédito, dentro da efetividade conforme regulamentação vigente, foi o seguinte:

	Exercícios					
	2022			2021		
	Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Hedge de valor justo	Total	Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Hedge de valor justo	Total
Swaps	-	10.669	10.669	29	294.731	294.760

Contabilidade de "Hedge": A Companhia e sua controlada adotam a política de se proteger do risco de taxa de juros advindo das operações de crédito pré-fixadas em consonância com suas políticas de gestão de risco, levando em consideração as taxas de captação praticadas. Através da estratégia de "hedge" a Administração tem por objetivo proteger o "spread" de suas operações de crédito.

A Companhia e sua controlada adota a prerrogativa prevista no IFRS 9, especificamente item 6.1.3, portanto mantém a contabilidade de *hedge* conforme determina o IAS 39.

Nos termos do IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, a Companhia e sua controlada utilizaram a prerrogativa de reconhecimento dessas operações de crédito e dos correspondentes instrumentos derivativos adotando a "contabilidade de *hedge*".

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição de operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras:

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.601.379	3.996.910
Reservas compulsórias em espécie no Banco Central	5.669	10.840
Outros depósitos no Banco Central	81.052	2.797
Total	5.688.100	4.010.547

b) Análise das operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras por faixa de vencimento:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Até 3 meses	Saldo	Até 3 meses	Saldo
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.601.379	5.601.379	3.996.910	3.996.910
Reservas compulsórias em espécie no Banco Central	5.669	5.669	10.840	10.840
Outros depósitos no Banco Central	81.052	81.052	2.797	2.797
Total	5.688.100	5.688.100	4.010.547	4.010.547

Notas Explicativas

**c) Análise da movimentação das perdas esperadas:**

Em processo contínuo de análise de crédito na carteira de operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras, a Companhia e sua controlada não detectou a necessidade de constituir provisão para perdas esperadas para estes ativos.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ADIANTAMENTOS A CLIENTES**a) Composição do saldo de operações de crédito e adiantamentos a clientes:**

	31/12/2022	31/12/2021
Operações de crédito e adiantamentos a clientes		
Empréstimos e títulos descontados	3.975.242	3.867.233
Financiamentos	3.412.817	2.951.769
Ajuste a valor justo - operações de crédito e adiantamento a clientes - objeto de <i>hedge</i>	(72.606)	(61.943)
Total de operações de crédito e adiantamentos a clientes	7.315.453	6.757.059
(-) Perdas por ajuste ao valor de recuperação de ativos financeiros		
(-) Empréstimos e títulos descontados	(71.621)	(55.826)
Total perdas esperadas	(71.621)	(55.826)
Saldo total de operações de crédito e adiantamentos a clientes	7.243.832	6.701.233

b) Análise das operações de crédito e adiantamentos a clientes por faixa de vencimento:

	31/12/2022				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo
Parcelas Vincendas					
Empréstimos e títulos descontados	455.620	924.635	1.404.560	1.184.250	3.969.065
Financiamentos	566.146	1.381.536	1.251.982	205.905	3.405.569
Ajuste a valor justo - operações de crédito e adiantamento a clientes - objeto de <i>hedge</i>	(14.610)	(12.539)	(14.770)	(30.687)	(72.606)
Total de operações de crédito e adiantamentos a clientes vincendas	1.007.156	2.293.632	2.641.772	1.359.468	7.302.028
Parcelas Vencidas					
Empréstimos e títulos descontados	3.090	3.071	16	-	6.177
Financiamentos	4.242	2.998	8	-	7.248
Total de operações de crédito e adiantamentos a clientes vencidas	7.332	6.069	24	-	13.425
Total de operações de crédito e adiantamentos a clientes	1.014.488	2.299.701	2.641.796	1.359.468	7.315.453

Notas Explicativas



	31/12/2021				Saldo
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	
Parcelas Vincendas					
Empréstimos e títulos descontados	476.966	834.542	1.319.117	1.231.886	3.862.511
Financiamentos	386.532	1.343.653	1.090.030	127.891	2.948.106
Ajuste a valor justo - operações de crédito e adiantamento a clientes - objeto de <i>hedge</i>	(11.817)	(10.871)	(20.999)	(18.256)	(61.943)
Total de operações de crédito e adiantamentos a clientes vincendas	851.681	2.167.324	2.388.148	1.341.521	6.748.674
Parcelas Vencidas					
Empréstimos e títulos descontados	2.363	2.350	9	-	4.722
Financiamentos	1.960	1.682	21	-	3.663
Total de operações de crédito e adiantamentos a clientes vencidas	4.323	4.032	30	-	8.385
Total de operações de crédito e adiantamentos a clientes	856.004	2.171.356	2.388.178	1.341.521	6.757.059

c) Análise da movimentação das perdas esperadas:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	55.826	53.562
Complemento líquido de reversão	56.826	34.736
Baixas líquidas dos valores recuperados	(41.031)	(32.472)
Saldo final	71.621	55.826

A renegociação é qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. Em resposta aos impactos da pandemia do COVID 19 na economia, o BACEN emitiu, em março de 2020, a Resolução nº 4.782 que introduziu medidas de flexibilização no tratamento de créditos renegociados. No mesmo mês, o BNDES permitiu a suspensão temporária no pagamento dos empréstimos contratados de forma direta ou indireta com a instituição, medida conhecida como *standstill*.

Nesse contexto, a Companhia e sua controlada concederam ajustes pontuais a alguns de seus clientes, tanto pessoas físicas quanto jurídicas. Em 31/12/2022, o montante total de operações com essa característica somava R\$ 21.150 (31/12/2021 R\$ 66.903) equivalente a 0,29% (31/12/2021 0,98%) da carteira.

O saldo das operações renegociadas era de R\$ R\$ 123.038 (31/12/2021 R\$ 66.681) na data do balanço. O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco.

Notas Explicativas



d) Análise das receitas de juros de operações de crédito e adiantamentos a clientes:

	Exercícios	
	2022	2021
Receitas de juros de operações de crédito e adiantamentos a clientes		
Empréstimos e títulos descontados	548.584	349.905
Financiamentos	505.835	169.301
Total de receitas de juros de operações de crédito e adiantamentos a clientes	1.054.419	519.206

8. TÍTULOS PARA INVESTIMENTO

a) Composição dos títulos para investimento:

	31/12/2022	31/12/2021
Títulos e Valores Mobiliários – Valor Justo Por Meio do Resultado		
Livres		
- Letras Financeiras do Tesouro	184.527	218.151
Subtotal	184.527	218.151
Vinculados		
- Letras Financeiras do Tesouro	26.892	45.514
Total de títulos e valores mobiliários – Valor Justo Por Meio do Resultado	211.419	263.665
Total de títulos para investimento	211.419	263.665

b) Composição de títulos para investimento por faixa de vencimento

	Até 90 dias	90 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo 31/12/2022	Valor do Custo (1)
Títulos e Valores Mobiliários						
Títulos de dívida pública	1.590	203.537	-	6.292	211.419	211.270
- Letras Financeiras do Tesouro	1.590	203.537	-	6.292	211.419	211.270
Total de Títulos para investimento	1.590	203.537	-	6.292	211.419	211.270

	Até 90 dias	90 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo 31/12/2021	Valor do Custo (1)
Títulos e Valores Mobiliários						
Títulos de dívida pública	35.928	39.950	182.219	5.568	263.665	263.712
- Letras Financeiras do Tesouro	35.928	39.950	182.219	5.568	263.665	263.712
Total de Títulos para investimento	35.928	39.950	182.219	5.568	263.665	263.712

(1) Representado pelo valor de custo de aquisição acrescido dos rendimentos contratuais até a data do balanço.

Notas Explicativas



9. OUTROS ATIVOS

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas antecipadas	52.616	33.435
Depósitos judiciais	42.169	42.003
Carteira de Crédito - recursos em trânsito	5.994	9.799
Tributos Antecipados	2.241	1.357
Diversos	3.071	4.071
Total de outros ativos	106.091	90.665

10. PASSIVOS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição dos passivos com instituições financeiras por faixa de vencimento:

	31/12/2022				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo
Passivos com instituições financeiras					
Depósitos a vista	3.758	-	-	-	3.758
Depósitos interfinanceiros	39.580	4.017.356	7.591.030	286.770	11.934.736
Total de passivos com instituições financeiras	43.338	4.017.356	7.591.030	286.770	11.938.494

	31/12/2021				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo
Passivos com instituições financeiras					
Depósitos a vista	7.814	-	-	-	7.814
Depósitos interfinanceiros	574.803	1.501.009	4.862.399	2.666.364	9.604.575
Total de passivos com instituições financeiras	582.617	1.501.009	4.862.399	2.666.364	9.612.389

b) Características dos passivos com instituições financeiras

	31/12/2022		
	Vencimento (1)	Taxa de juros	Valor contábil
Depósitos a vista	-	-	3.758
Depósitos interfinanceiros pré-fixados	26/02/2031	de 5,17% a 14,23% a.a.	4.545.417
Depósitos interfinanceiros pós-fixados	15/12/2025	de 100,00% a 106,50% a.a.	7.389.319
Total de depósitos de instituições financeiras			11.938.494

	31/12/2021		
	Vencimento (1)	Taxa de juros	Valor contábil
Depósitos a vista	-	-	7.814
Depósitos interfinanceiros pré-fixados	26/02/2031	de 4,33% a 13,25% a.a.	1.575.102
Depósitos interfinanceiros pós-fixados	15/12/2025	de 100,00% a 112,00% a.a.	8.029.473
Total de depósitos de instituições financeiras			9.612.389

(1) Os passivos com instituições financeiras possuem vencimentos contratuais que variam de transação para transação. Esta informação reflete a transação que na data destas demonstrações financeiras possui o prazo mais longo.

Notas Explicativas

**11. EMPRÉSTIMOS E REPASSES****a) Composição de empréstimos e repasses:**

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações por repasses – BNDES	-	464
Obrigações por repasses – FINAME	2.457	4.388
Total de empréstimos e repasses	2.457	4.852

b) Composição de empréstimos e repasses por faixa de vencimento:

	31/12/2022				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo
Obrigações por repasses – FINAME	370	944	1.143	-	2.457
Total de empréstimos e repasses	370	944	1.143	-	2.457

	31/12/2021				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo
Obrigações por repasses – BNDES	140	324	-	-	464
Obrigações por repasses – FINAME	479	1.405	2.277	227	4.388
Total de empréstimos e repasses	619	1.729	2.277	227	4.852

c) Características dos empréstimos e repasses:

	31/12/2022		
	Vencimento (1)	Taxa de juros	Valor contábil
Empréstimos e repasses pré-fixados	17/07/2023	de 1,30% a.a.	108
Empréstimos e repasses pós-fixados	15/06/2023	4,09% a 4,25% a.a + TLP-IPC	63
Empréstimos e repasses pós-fixados	15/08/2025	1,33% a.a + SELIC	2.286
Total de empréstimos e repasses			2.457

	31/12/2021		
	Vencimento (1)	Taxa de juros	Valor contábil
Empréstimos e repasses pré-fixados	17/07/2023	de 1,30% a 5,18% a.a.	1.112
Empréstimos e repasses pós-fixados	15/06/2023	4,09% a 4,25% a.a + TLP-IPC	211
Empréstimos e repasses pós-fixados	17/10/2022	de 1,34% a.a. + TJLP	479
Empréstimos e repasses pós-fixados	15/08/2025	1,33% a.a. + SELIC	3.050
Total de empréstimos e repasses			4.852

(1) Os empréstimos e repasses possuem vencimentos contratuais que variam de transação para transação. Esta informação reflete a transação realizada que na data destas demonstrações financeiras possui o prazo mais longo.

12. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, são partes em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada

Notas Explicativas

possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas demonstrações financeiras são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

As provisões constituídas e respectivas movimentações em 2022 estão demonstradas a seguir:

Movimentação	Fiscais e			
	Previdenciárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial em 01/01/2022	1.012	15.446	1.876	18.334
(+) Complemento de provisão	-	33.698	417	34.115
(+) Atualização de provisão	82	-	-	82
(-) Baixa por pagamento	-	(23.192) (*)	(566)	(23.758)
Saldo final em 31/12/2022	1.094	25.952	1.727	28.773

Movimentação	Fiscais e			
	Previdenciárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial em 01/01/2021	4.155	17.713	1.241	23.109
(+) Complemento de provisão	(3.224)	17.569	1.225	15.570
(+) Atualização de provisão	81	-	-	81
(-) Baixa por pagamento	-	(19.836) (*)	(590)	(20.426)
Saldo final em 31/12/2021	1.012	15.446	1.876	18.334

(*) Refere-se, basicamente a pagamento de acordos e condenações durante o período.

a) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial.

As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável e encontram-se registradas no exigível a longo prazo na rubrica "provisão para passivos contingentes", e levam em conta as datas esperadas de pagamento.

A Companhia e sua controlada possuem outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN, no montante de R\$ 14.600 (31/12/2021 R\$ 14.403).

b) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica "provisão para passivos contingentes", e leva em conta as datas esperadas de pagamento.

As ações de natureza trabalhista para as quais foram constituídas provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário, estas ações são avaliadas em seu conjunto, considerando histórico de pagamentos feitos pela Companhia e sua controlada a esse título.

As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 5.262 (31/12/2021 R\$ 13.506).

c) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica "provisão para passivos contingentes". Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável.

Notas Explicativas

As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 7.325 (31/12/2021 R\$ 5.400) na data destas demonstrações financeiras, representado principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.

13. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2022	31/12/2021
Carteira de crédito - valores a processar / liberar	49.894	50.799
Provisões de pessoal e administrativa	26.547	35.350
Dividendos e bonificações a pagar	12.413	13.111
Participação nos lucros e gratificações a pagar	8.411	6.672
Outros	2.799	5.337
Total de outros passivos	100.064	111.269

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Composição do capital social**

	Quantidade de ações			Saldo
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Capital
Saldo inicial em 01/01/2022	58.578.469	44.074.087	102.652.556	489.598
Aumento de capital	-	-	-	27.403 (i)
Saldo final em 31/12/2022	58.578.469	44.074.087	102.652.556	517.001

(i) A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/03/2022, homologada pelo Banco Central do Brasil em 30/06/2022, aprovou o aumento de capital social para R\$ 517.001 mediante incorporação de reservas de lucros no montante de R\$ 27.403.

(ii) Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do artigo 18, alínea "h" do Estatuto Social da Companhia, em 13/03/2019 o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação no valor total de até R\$ 3.600, sem redução de capital social.

Poderão ser adquiridas até a) 300.000 ações ordinárias e b) 400.000 ações preferenciais. O prazo para execução do Programa é de até 18 meses contados da data da deliberação, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação a qualquer instante pelo referido conselho. Foram adquiridas no âmbito do referido programa, 30.900 ações ordinárias no montante de R\$ 165 e 30.100 ações preferenciais no montante de R\$ 189.

A quantidade de ações em tesouraria em 31/12/2022 era de 157.800 ações ordinárias e 132.200 ações preferenciais, registradas ao custo de aquisição no valor total de R\$ 1.407.

Em 31/12/2022 os custos mínimo, médio e máximo por ação em estoque para as ações ON era de R\$ 4,13, R\$ 5,32 e R\$ 5,58 e por ação PN o custo mínimo, médio e máximo era de R\$ 4,96, R\$ 6,04 e R\$ 6,40 respectivamente.

O valor de mercado das ações, em 31/12/2022, era de R\$ 5,18 por ação ON e R\$ 5,15 por ação PN.

Notas Explicativas**b) Reservas de Lucros:**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Reserva legal	77.086	74.787
Reservas estatutárias - aumento de capital	374.710	381.612
Reservas estatutárias - dividendos	90.282	88.004
Total	<u>542.078</u>	<u>544.403</u>

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada semestre social nos termos da legislação societária, até o limite de 20% do capital social.

c) Lucros acumulados

A legislação societária brasileira, determina que não reste saldo em conta de lucros acumulados devendo a Companhia e sua controlada providenciar para que haja a distribuição integral do seu saldo, seja na forma de distribuição de dividendos ou constituição de reservas.

Considerando que aos ajustes feitos para a adoção dos padrões internacionais de relatório financeiro não será dada destinação, por não refletirem as normas contábeis societárias aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais para fins societários estão vinculadas às normas de contabilidade emitidas pelo Banco Central do Brasil (BRGAAP), a Administração optou por apresentar na conta "lucros ou prejuízos acumulados" as diferenças decorrentes destes ajustes.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio:

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo Estatuto Social no reembolso do capital e adicional de 8% de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos.

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos de no mínimo 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da lei societária.

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Os dividendos são calculados sobre o lucro líquido, conforme determinado nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BRGAAP).

A política de remuneração do capital adotada pela Companhia e sua controlada visa a distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Os valores aprovados foram calculados tomando por base os resultados apurados segundo as normas de contabilidade societária aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BRGAAP).

Notas Explicativas



15. MARGEM FINANCEIRA

Receita de juros e similares

Operações de crédito e adiantamentos a clientes (vide Nota 7d)

Títulos para Investimento

Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras

Total de receita de juros e similares**Despesa de juros e similares**

Passivos com instituições financeiras

Empréstimos e repasses

Total de despesa de juros e similares**Margem Financeira**

Exercícios	
2022	2021
1.054.419	519.206
27.340	12.098
390.856	101.880
1.472.615	633.184
(1.058.642)	(341.557)
(389)	(337)
(1.059.031)	(341.894)
413.584	291.290

16. RESULTADO LÍQUIDO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Receitas de serviços e comissões

Comissões Alfa Seguradora - Estipulante

Ressarcimento de tarifas registro de contratos - PF / PJ

Outros serviços

Total de receitas de serviços e comissões**Despesas de serviços e comissões**

Comissões e intermediação

Serviços de registro de contratos e garantias

Consulta Serasa, Sisbacen e agências de informações

Despesas com créditos inadimplentes

Tarifas bancárias

Outros

Total de despesas de serviços e comissões**Resultado líquido de serviços e comissões**

Exercícios	
2022	2021
11.611	16.636
7.296	6.249
116	490
19.023	23.375
(20.051)	(17.960)
(9.461)	(7.700)
(2.980)	(2.868)
(1.487)	(1.419)
(1.530)	(1.403)
(2.213)	(3.655)
(37.722)	(35.005)
(18.699)	(11.630)

Notas Explicativas**17. OUTRAS RECEITAS**

	Exercícios	
	2022	2021
Reversão de provisões fiscais e trabalhistas	1.116	3.508
Receita com portabilidade de crédito	1.700	2.533
Dividendos prescritos	818	998
Atualização de tributos a compensar e depósitos judiciais	2.643	1.941
Lucro na alienação/valorização de bens não de uso próprio	2.147	2.234
Recuperação de créditos prescritos	-	3.500
Outras	1.162	377
Total	9.586	15.091

18. RESULTADO DE PERDAS ESPERADAS DE ATIVOS FINANCEIROS

	Exercícios	
	2022	2021
Perdas esperadas de operações de crédito e adiantamento a clientes	(56.826)	(34.736)
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	9.623	11.336
Total de resultado de perdas esperadas de ativos financeiros	(47.203)	(23.400)

19. DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios	
	2022	2021
Salários	(57.964)	(52.739)
Encargos sociais e previdenciários	(34.773)	(32.476)
Benefícios	(31.678)	(28.521)
Remuneração diretoria e conselho de administração	(17.140)	(14.566)
Participação nos lucros	(17.045)	(5.257)
Despesas de férias e 13º salário	(15.395)	(14.720)
Participação por produtividade / campanha	(6.768)	(13.007)
Remuneração com estagiários e menor aprendiz	(2.034)	(1.927)
Outros	(6.617)	(6.572)
Total	(189.414)	(169.785)

Notas Explicativas**20. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS**

	Exercícios	
	2022	2021
Processamento de dados e informática	(35.060)	(27.271)
Despesas tributárias	(26.908)	(29.262)
Aluguéis, condomínio e manutenção de bens	(11.260)	(10.698)
Serviços de terceiros	(9.328)	(8.641)
Propaganda, publicidade, publicações e relações públicas	(9.022)	(9.510)
Comunicações	(4.079)	(3.986)
Depreciação e amortização	(2.868)	(2.738)
Transportes e viagens	(2.776)	(1.523)
Vigilância e segurança	(2.075)	(2.005)
Outras despesas administrativas	(3.938)	(5.212)
Total	(107.314)	(100.846)

21. OUTRAS DESPESAS

	Exercícios	
	2022	2021
Contingências trabalhistas e cíveis	(36.026)	(22.814)
Perdas com processos operacionais	(1.955)	(5.288)
SVR - Sistema de Valores a Receber	(1.907)	-
Despesa com portabilidade de crédito	(1.871)	(6.314)
Prêmio de operações de vendas - ligadas	(270)	(530)
Perdas na alienação de bens (permanente e não de uso próprio)	(309)	(1.645)
Outros	(4.382)	(9.814)
Total de outras despesas operacionais	(46.720)	(46.405)

Notas Explicativas

**22. IMPOSTOS SOBRE A RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS****a) Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social**

	Exercícios	
	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) da contribuição social (CSLL) e deduzidas as participações no resultado	50.494	123.917
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (*)	(20.198)	(49.567)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	80	(1.017)
Créditos Amortizados para Prejuízo	(1.071)	(1.980)
Juros sobre o capital próprio	8.357	8.501
Perdas Esperadas	(6.540)	(576)
Contingências Fiscais e Trabalhistas	(3.958)	1.947
Ativo Fiscal Diferido	18.611	(74.625)
Obrigações Fiscais Diferidas	(4.870)	79.578
Outros valores	(1.938)	(6.852)
Imposto de renda e contribuição social	(11.527)	(44.591)
Sendo		
Impostos correntes	(25.269)	(49.544)
Impostos diferidos	13.742	4.953
Despesa Contabilizada	(11.527)	(44.591)

(*) Vide nota explicativa nº 2"i".

b) Ativos tributários diferidos

Origem:	31/12/2021	Movimentação		31/12/2022
		Constituição	Realização	
Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	7.373	11.087	(6.934)	11.526
Provisão para perdas esperadas de ativos financeiros	22.765	29.784	(23.295)	29.254
Outros Ativos Tributários Diferidos	30.072	22.109	(18.703)	33.478
Derivativos	26.427	14.834	(10.271)	30.990
Total - Crédito Tributário Ativo	86.637	77.814	(59.203)	105.248
Obrigações Fiscais Diferidas	(26.491)	(32.261)	27.390	(31.362)
Créditos Tributários Líquidos das Obrigações Fiscais Diferidas	60.146			73.886
% sobre Patrimônio Líquido	5,7%			6,8%

Os registros contábeis desses créditos tributários estão fundamentados na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e suportados por estudo técnico e projeção de resultado.

Notas Explicativas**23. NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA****Caixa e Equivalentes de Caixa**

O saldo de "caixa e equivalentes de caixa" é representado por disponibilidades e ativos financeiros de alta liquidez, com prazos contratuais inferiores a três meses, que possuem um risco insignificante de mudanças em seu valor justo, e tem como finalidade o gerenciamento dos compromissos de curto prazo da instituição.

	31/12/2022	31/12/2021
No início do exercício	3.997.100	1.349.100
Caixa e disponibilidade em bancos	190	201
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	3.996.910	1.348.899
No final do exercício	5.601.517	3.997.100
Caixa e disponibilidade em bancos	138	190
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	5.601.379	3.996.910
Variação em caixa e equivalentes de caixa	1.604.417	2.648.000

(1) Refere-se a operações de aplicações de depósitos interfinanceiros cujo vencimento na data da aplicação é igual ou inferior a 90 dias, classificados como "Operações de Crédito e Adiantamento a Instituições Financeiras".

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

O gerenciamento de riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para o Conglomerado. O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades do Conglomerado são realizados por área independente através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e do acompanhamento constante das posições assumidas através de técnicas específicas, consoante às diretrizes estabelecidas pela Administração.

O gerenciamento dos riscos de liquidez e mercado no Conglomerado Financeiro Alfa é realizado de forma consolidada para todas as empresas integrantes do Conglomerado. Isto decorre do fato de que o caixa das entidades integrantes do Conglomerado é gerenciado de forma unificada. As entidades legais que integram o Conglomerado Financeiro Alfa são: o Banco Alfa de Investimento S.A que é a instituição financeira líder do Conglomerado, a qual controla diretamente e indiretamente a Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., a Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e a BRI Participações Ltda.. Além destas entidades, o Conglomerado é integrado pela Financeira Alfa S.A. – C.F.I. a qual controla diretamente o Banco Alfa S.A..

Esta nota explicativa, no que diz respeito aos riscos de mercado e liquidez, demonstra os dados em formato gerencial, tal como analisados pela Administração do Conglomerado, e por este motivo estes dados refletem o consolidado operacional das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa.

Risco de crédito

Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes, dentre outras, mas principalmente, das seguintes situações:

- Da inadimplência dos tomadores de crédito (pessoas físicas, empresas, instituições financeiras) na liquidação dos compromissos assumidos sob posições de empréstimos, ativos financeiros e/ou seus respectivos instrumentos derivativos.
- Da possibilidade de desembolsos financeiros para honrar avais, fianças, compromissos de crédito, coobrigações ou operações de natureza semelhante.
- De possíveis renegociações, em termos mais desfavoráveis, das condições pactuadas na operação original.

Notas Explicativas

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito do Conglomerado Financeiro Alfa deve permitir a identificação, mensuração e controle dos riscos associados às operações de crédito, bem como a aplicação de mitigadores a estes riscos. Ressalta-se que, este objetivo estende-se a todas as empresas integrantes do Conglomerado Financeiro. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

i) Exposição máxima ao risco de crédito:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Exposição ao risco de crédito (1)		
Saldos de "Disponibilidades em Bancos"	138	190
Instrumentos financeiros derivativos	35.466	17.898
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	5.688.100	4.010.547
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	7.315.453	6.757.059
Títulos para investimento	211.419	263.665
Total de exposição ao risco de crédito	<u>13.250.576</u>	<u>11.049.359</u>

(1) Refere-se a Financeira Alfa S/A e sua controlada.

ii) Descrição das garantias:

Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de crédito são submetidos à criteriosa avaliação de crédito preliminar à contratação e desembolso e ao longo do prazo das operações. As análises de crédito se baseiam no entendimento das características operacionais dos clientes, sua capacidade de endividamento, considerando fluxo de caixa, histórico de pagamentos, reputação creditícia e consideram, subsidiariamente, as garantias que podem suportar estas operações. Os contratos celebrados preveem as garantias consideradas necessárias e autorizam chamadas para reforço de garantias sempre que a situação creditícia das contrapartes apresente deterioração que justifique tal procedimento, o que é acompanhado sistematicamente pelo Departamento de Crédito.

As operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras são realizadas pela Companhia e sua controlada somente a instituições ranqueadas internamente como "AA", e se constituem, conforme apresentado na nota 6, principalmente de aplicações em depósitos interfinanceiros às quais se caracterizam por estarem lastreadas/garantidas por títulos do governo federal.

As operações de crédito e adiantamentos a clientes, conforme apresentado na nota 07, estão representados principalmente por operações de:

- CDC de Veículo que têm como garantias os próprios bens financiados, para os quais é política da Companhia e sua controlada exigir uma participação inicial mínima do cliente com recursos próprios de no mínimo 20% o que faz assegurar a suficiência das garantias ao longo do prazo das operações.
- Créditos consignados em folha de pagamento os quais são concedidos com vinculação e desconto das parcelas diretamente na folha de pagamento destes funcionários, em sua maioria funcionários públicos estáveis, com comprometimento máximo de renda de até 30%, conforme determina a regulamentação específica do produto.
- As Operações de Capital de Giro são garantidas por recebíveis, notas promissórias, avais e fianças prestadas pelos seus proprietários e ocasionalmente por garantias reais;
- Repasses de recursos do BNDES/Finame são suportados por garantias reais;

Os títulos de investimento são representados em sua grande maioria por títulos do governo federal, entendidos como de risco mínimo.

Notas Explicativas



iii) Análise da composição do saldo de operações de crédito e adiantamentos a clientes por setor de atividade:

A composição da carteira de operações de crédito e adiantamentos a clientes por setor de atividade é apresentada a seguir:

Setor de Atividade	31/12/2022		31/12/2021	
	Saldo	%	Saldo	%
Setor privado	7.388.059	100,0%	6.819.002	100,0%
- rural	43.699	0,6%	63.650	0,9%
- indústria	53.531	0,7%	82.651	1,2%
- comércio	1.000.615	13,5%	972.794	14,3%
- serviços	496.292	6,7%	480.052	7,1%
- pessoas físicas	5.793.922	78,5%	5.219.855	76,5%
Total Setor Privado	7.388.059	100,0%	6.819.002	100,0%
- Ajuste a valor justo - operações de crédito e adiantamento a clientes - objeto de <i>hedge</i>	(72.606)		(61.943)	
Total da Carteira	7.315.453		6.757.059	
(-) Provisão para perdas esperadas	(71.621)		(55.826)	
Saldo total das operações de crédito e adiantamento a clientes	7.243.832		6.701.233	

iv) Composição das operações de crédito e adiantamentos a clientes por faixa de vencimento:

	31/12/2022			
	A vencer	Vencidos	Total	%
Parcelas vincendas				
- a vencer até 180 dias	2.178.690	22.378	2.201.068	30,1
- a vencer entre 181 e 360 dias	1.071.162	17.127	1.088.289	14,9
- a vencer acima de 360 dias	3.953.793	58.878	4.012.671	54,9
Total vincendas	7.203.645	98.383	7.302.028	99,8
Parcelas vencidas				
- vencidos até 60 dias	-	5.328	5.328	0,1
- vencidos de 61 a 180 dias	-	5.782	5.782	0,1
- vencidos acima de 180 dias	-	2.315	2.315	0,0
Total vencidas	-	13.425	13.425	0,2
Total da Carteira	7.203.645	111.808	7.315.453	100,0

	31/12/2021			
	A vencer	Vencidos	Total	%
Parcelas vincendas				
- a vencer até 180 dias	2.004.726	13.698	2.018.424	29,9
- a vencer entre 181 e 360 dias	1.014.429	9.319	1.023.748	15,1
- a vencer acima de 360 dias	3.672.736	33.766	3.706.502	54,8
Total vincendas	6.691.891	56.783	6.748.674	99,8
Parcelas vencidas				
- vencidos até 60 dias	-	3.244	3.244	0,1
- vencidos de 61 a 180 dias	-	3.424	3.424	0,1
- vencidos acima de 180 dias	-	1.717	1.717	0,0
Total vencidas	-	8.385	8.385	0,2
Total da Carteira	6.691.891	65.168	6.757.059	100,0

Notas Explicativas**a) Risco de liquidez**

O controle e estratégia de liquidez são decididos pelo comitê de caixa que se reúne diariamente antes do início das operações, com o objetivo de avaliar o comportamento dos diversos mercados de juros, dólar e bolsas, domésticos e internacionais, bem como, definir as estratégias do dia e avaliar o fluxo de caixa das empresas financeiras. O comitê de caixa gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e de grande liquidez, cujas posições são monitoradas on-line e casadas cuidadosamente quanto a moedas e prazos. Adicionalmente, a gestão do risco de liquidez utiliza-se de fluxo de caixa projetado para atendimento das regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil, adotando-se as premissas de fluxo de vencimento das operações financeiras, fluxo de caixa de despesas, o nível de atraso nas carteiras e antecipação de passivos. O Conglomerado Financeiro Alfa possui um plano de contingência para riscos de liquidez, pautado pela prudência, estruturado para cenários de adversidade e em constante evolução. Este plano considera um caixa mínimo necessário, a liquidez dos ativos e linhas de crédito disponíveis em cenário de adversidade. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de liquidez encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

i) Gerenciamento do risco de liquidez

A abordagem da Companhia e sua controlada com relação ao gerenciamento de liquidez é assegurar, o máximo possível, que o Grupo terá sempre a liquidez necessária para cumprir com suas obrigações nos devidos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar em risco a reputação da Companhia e sua controlada.

ii) Plano de contingência

A Companhia e sua controlada possui um plano de contingência para riscos de liquidez, estruturado para vários cenários e em constante evolução. Este plano contempla, entre outras medidas, monitoramento e avaliação contínua dos fluxos de caixa e liquidez dos ativos e análises de cenários de estresse e definição de níveis mínimos de liquidez para fazer frente a estes cenários.

iii) Análise dos instrumentos financeiros por prazo contratual remanescente

A tabela abaixo demonstra em formato gerencial e consolidando dados financeiros de todas as entidades legais integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa a valor futuro projetado de realização referentes aos ativos e passivos financeiros, tal como utilizados pela Administração. Os valores apresentados na tabela abaixo referem-se ao valor futuro projetado de realização contratual relacionado aos ativos e passivos financeiros.

	31/12/2022				Total
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.800 dias	Acima de 1.800 dias	
Ativos Financeiros					
Disponibilidades	5.917	-	-	-	5.917
Títulos para Investimentos	803.664	3.436.055	3.790.705	350.627	8.381.051
Operações de crédito e adiantamento a instituições financeiras	101.231	-	223.016	-	324.247
Operações de Crédito e Adiantamento a Clientes	1.231.210	6.561.141	7.812.226	1.186.655	16.791.232
Outros Ativos	87.517	560.779	2.661	-	650.957
Total de Ativos Financeiros	2.229.539	10.557.975	11.828.608	1.537.282	26.153.404
Passivos Financeiros					
Passivos com Instituições Financeiras	(1.285.159)	(9.771.328)	(9.150.339)	(186.591)	(20.393.417)
Títulos Emitidos	(39)	-	-	-	(39)
Outros Passivos	(68.357)	(633.396)	(156.101)	-	(857.854)
Total de Passivos Financeiros	(1.353.555)	(10.404.724)	(9.306.440)	(186.591)	(21.251.310)

Notas Explicativas



	31/12/2021				Total
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.800 dias	Acima de 1.800 dias	
Ativos Financeiros					
Títulos para Investimentos	243.309	2.175.123	5.324.423	152.032	7.894.887
Operações de Crédito e Adiantamento a Clientes	1.218.447	6.132.763	6.579.143	1.153.164	15.083.517
Outros Ativos	77.162	450.633	-	-	527.795
Total de Ativos Financeiros	1.538.918	8.758.519	11.903.566	1.305.196	23.506.199
Passivos Financeiros					
Passivos com Instituições Financeiras	(2.136.531)	-	-	-	(2.136.531)
Títulos Emitidos	(631.275)	(7.376.401)	(9.296.501)	(69.490)	(17.373.667)
Outros Passivos	(46.362)	(626.607)	(532.650)	(28.447)	(1.234.066)
Total de Passivos Financeiros	(2.814.168)	(8.003.008)	(9.829.151)	(97.937)	(20.744.264)

b) Risco de mercado

O risco de mercado está relacionado à probabilidade de perda decorrente dos impactos de flutuações dos preços e taxas de mercado sobre as posições ativas e passivas da carteira própria do Conglomerado Financeiro Alfa. A política global em termos de exposição a riscos de mercado é conservadora, sendo a estratégia e os limites de VaR (*Value at Risk*) definidos pelo Comitê de Gestão de Risco de Mercado e seu cumprimento acompanhado diariamente por área independente à gestão das carteiras, através de métodos e modelos estatísticos e financeiros desenvolvidos de forma consistente com a realidade de mercado. A metodologia para apuração do VaR é baseada no modelo paramétrico. Além do VaR, são adotados os parâmetros de risco acumulado mensal e cenários de stresse em que são elaborados cenários históricos e hipotéticos para as taxas de mercado e verificados os possíveis impactos nas posições.

Complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, são calculados diariamente os valores exigidos de capital para cobertura das exposições ao risco de mercado, em conformidade com as regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site **www.alfanet.com.br**.

Como resultado das análises, a Administração, entre outras medidas de gestão que visem mitigar os riscos de mercado, pode se utilizar de instrumentos financeiros derivativos em estratégias de "*hedge*". As quais, quando satisfeitos os requisitos do IAS 39 para o "*hedge* contábil", podem ser classificadas contabilmente como "*hedge* de fluxo de caixa" ou "*hedge* de valor justo". Durante os períodos objeto destas demonstrações financeiras a Companhia e sua controlada realizou operações de "*hedge* de valor justo", cujas principais características estão descritas na nota explicativa nº 05.

A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site **www.alfanet.com.br**.

i) Resumo da posição de VaR das carteiras do Conglomerado Financeiro Alfa

O quadro abaixo apresenta o VaR-*Value at Risk* calculado segundo o modelo paramétrico, com intervalo de confiança de 99% para o horizonte de tempo de um dia, considerando, tal como utilizado pela Administração do Conglomerado, os dados consolidados de todas empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa.

	31/12/2022	31/12/2021
Risco de variação cambial	25	174
Risco de taxas de juros	23.939	15.326
Outros riscos de preços	337	891
Outros fatores de riscos	(381)	(2.070)
Geral	23.920	14.321

Notas Explicativas

ii) *Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros*

O gerenciamento do risco da taxa de juros em relação aos limites da diferença da taxa de juros é complementado pelo monitoramento da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Conglomerado Financeiro Alfa, a vários cenários padrões e não padrões de taxas de juros. Uma análise da sensibilidade do Conglomerado Financeiro Alfa que inclui além do Banco Alfa de Investimento S.A. e suas controladas, a Financeira Alfa S.A. – C.F.I. e o Banco Alfa S.A., que integram no conjunto, o consolidado operacional conforme descrito na nota 1. Com relação a um aumento ou diminuição nas taxas de juros do mercado é apresentado abaixo:

	MTM Exposição	Estresse - Alfa Cenário A	Deterioração de 25% Cenário B	Deterioração de 50% Cenário C
31/12/2022				
Prefixado	2.967.333	(112.158)	(129.262)	(236.647)
Cupom de inflação	(104.799)	(2.870)	(19.067)	(27.938)
Câmbio	8.497	2.059	230	506
Total	2.871.031	(112.969)	(148.099)	(264.079)
31/12/2021				
Prefixado	4.797.015	(126.006)	(274.676)	(493.788)
Cupom de inflação	32.235	(2.385)	(7.755)	(7.142)
Bolsa	12.964	(2.435)	(2.337)	(4.674)
Câmbio	(228.158)	17	(276)	(314)
Total	4.614.056	(130.809)	(285.044)	(505.918)

O quadro acima apresenta o valor das exposições em análise considerando o Conglomerado Financeiro Alfa, descrito na nota 1, e os testes de sensibilidade para três cenários de estresse possíveis: **A)** situação de estresse determinada pela Administração da Companhia e sua controlada e aprovado em seu Comitê de Gestão de Riscos de Mercado (CGRM); **B)** situação de estresse com deterioração de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada; e **C)** situação de estresse com deterioração de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários "b" e "c", referem-se a cenários que a Administração do Conglomerado não acredita que possam ocorrer. Quanto ao cenário "a" a Administração entende que se trata de uma situação possível de ocorrer.

c) **Risco operacional**

A gestão de risco operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos operacionais aos quais o Conglomerado Financeiro Alfa está sujeito e a consequente adoção de medidas preventivas, em conformidade com as regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil. Tais ações visam resguardar nossa imagem de integridade e correção perante a comunidade, acionistas, colaboradores e autoridades reguladoras, gerando benefícios resultantes da boa gestão destes riscos. Em conformidade com a política institucional, o gerenciamento do risco operacional é de responsabilidade do departamento de Gestão de Riscos. Este departamento reporta-se diretamente à Diretoria de Gestão Integrada de Riscos, que além de coordenar diretamente as atividades inerentes ao processo, desempenha também o papel de disseminador da cultura de prevenção ao risco operacional pelo Conglomerado Financeiro Alfa. É sua responsabilidade reportar ao Comitê de Controles de Risco Operacional a identificação e ações para correção de eventuais deficiências de controle e gerenciamento de riscos operacionais. Cabe ressaltar que as medidas tomadas e registradas em atas neste comitê são acompanhadas diretamente pela Presidência e Conselho de Administração do Conglomerado Financeiro Alfa. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

Conforme regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), estão disponíveis no site www.alfanet.com.br.

Notas Explicativas



25. GERENCIAMENTO DE CAPITAL E ÍNDICES DE SOLVÊNCIA

O gerenciamento de capital é realizado de forma centralizada para todo o Conglomerado Financeiro Alfa e está sob a responsabilidade do Diretor de Gerenciamento de Capital, com o suporte de uma unidade composta pelas gerências gerais de Gestão de Riscos e de Contabilidade.

Esta unidade é responsável pela avaliação e acompanhamento contínuo das necessidades de capital da instituição vis-à-vis seus objetivos estratégicos.

Para o gerenciamento de capital, são empregadas políticas e estratégias de forma a compatibilizar o nível de capital com os riscos incorridos, antecipando-se às necessidades decorrentes de possíveis mudanças de mercado, e buscando manter o Patrimônio de Referência Exigido (PRE) do Conglomerado compatível com o Patrimônio de Referência (PR), conforme as diretrizes da Resolução nº 4.193, de 01/03/2013.

O Conglomerado Financeiro Alfa opera atualmente com um baixo nível de alavancagem e mantém uma base sólida de capital que transmite segurança e credibilidade aos acionistas, credores, clientes e ao mercado em geral. Sua política de distribuição de lucros visa à manutenção dos níveis de capitalização, com o pagamento de dividendos pelo mínimo exigido pela legislação societária que é de 25% do lucro líquido do exercício.

A Administração entende que esta condição permitirá o crescimento sustentável da instituição por um longo período de tempo.

A descrição da estrutura de gerenciamento de capital encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

Índice de capital: O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 4.955/21, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência considerando as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial para cálculo do Índice de Capital. Adicionalmente através da Resolução nº 4.958/21, instituiu apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O índice de capital para 31 de dezembro de 2022 apurado nos termos das referidas Resoluções é de 14,48% (31/12/2021 14,53%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Prudencial, quando comparados aos requisitos mínimos do Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal de 10,5%.

Notas Explicativas



26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com a IAS 24, são efetuadas operações com empresas controladas e ligadas, conforme demonstramos a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021	Exercícios	
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	2022 Receitas (Despesas)	2021 Receitas (Despesas)
Depósitos à Vista	(15.482)	(9.820)	-	-
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	(2.738)	(3.903)	-	-
Alfa Corretora de Valores Mobiliários S.A.	(495)	(550)	-	-
Alfa Previdência e Vida S.A.	(127)	(26)	-	-
Alfa Seguradora S.A.	(220)	(59)	-	-
Banco Alfa de Investimento S.A.	(324)	(3.172)	-	-
C&C Casa e Construção	(531)	(669)	-	-
Outras partes relacionadas	(11.047)	(1.441)	-	-
Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros (1)	(6.633.357)	(5.607.665)	(668.855)	(220.075)
- Outras partes relacionadas (1)	(6.633.357)	(5.607.665)	(668.855)	(220.075)
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	-	-	-	(7.383)
Banco Alfa de Investimento S.A.	(6.633.357)	(5.607.665)	(668.855)	(212.692)
Aplicações (Captações) no mercado aberto	-	-	7	(62)
- Outras partes relacionadas (1)	-	-	7	(62)
Banco Alfa de Investimento S.A.	-	-	7	(62)
Aquisição de ativos financeiros	-	-	-	28
- Outras partes relacionadas	-	-	-	28
C&C Casa e Construção Ltda	-	-	-	28
Juros sobre o capital próprio e dividendos	(5.139)	(6.240)	-	-
- Outras partes relacionadas	(1.857)	(3.109)	-	-
Alfa Holdings S.A.	(2)	(372)	-	-
Consortio Alfa de Administração S.A.	(2)	(372)	-	-
Corumbal Participações e Administração	(1.853)	(2.365)	-	-
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora	(3.282)	(3.131)	-	-
Outras transações (2)	(491)	(435)	-	(36.166)
- Outras partes relacionadas	(491)	(435)	-	(36.166)
Alfa Corretora de Valores Mobiliários S.A.	-	(27)	-	-
Alfa Seguradora S.A.	-	-	-	(4)
Banco Alfa de Investimento S.A.	(491)	(408)	-	(36.162)

(1) As transações referem-se às operações envolvendo a Companhia e sua controlada e partes relacionadas, efetuadas a taxas compatíveis com as taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações.

(2) Os ressarcimentos de custos referem-se basicamente, à agenciamento de operações e sublocação de imóvel com empresas ligadas de acordo com contrato mantido entre as partes.

Notas Explicativas



b) Remuneração dos Administradores:

Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, é estabelecida a remuneração para os membros do Conselho da Administração e Diretoria.

Em 2022, foi deliberado em Assembleia, o valor médio mensal da verba máxima para remuneração global de até R\$ 859 (R\$ 784 em 2021). No exercício, foi pago a título de remuneração da administração o valor total de R\$ 17.088 (R\$ 14.566 em 2021).

A Companhia e sua controlada não possui para o pessoal-chave da Administração, benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho.

b.1) Conforme legislação em vigor, a Companhia e sua controlada não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

Dessa forma, não são efetuados pela Companhia e sua controlada empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

c) Participação acionária:

Os membros do Conselho de Administração possuem em conjunto a seguinte participação acionária em 31 de dezembro de 2022: Ordinárias 1,898%, Preferenciais 35,865% e do total de ações 16,484%.

27. AJUSTES PARA OS PADRÕES INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO – IFRS

Essas demonstrações financeiras foram preparadas em atendimento ao Comunicado 14.259/06, Resolução nº 3.786/09 e Circulares nº 2.472/09 e nº 3.516/10 do Banco Central do Brasil e seguem as Normas e Interpretações adotadas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), traduzidas para a língua portuguesa pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), entidade brasileira credenciada pela Fundação Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (Fundação IASC).

Apresentamos a seguir a conciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido entre as práticas contábeis adotadas pelas instituições no Brasil e o IFRS:

Notas Explicativas



a) Reconciliação do Patrimônio Líquido apurado segundo as normas de contabilidade societária aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com o Patrimônio Líquido dos acionistas controladores apurado segundo IFRS:

Ref.	Impacto Acumulado	
	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido cfe. normas de contabilidade societária aplicável às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil	1.061.771	1.036.693
Participação de acionistas não controladores	24.386	24.255
Total do Patrimônio líquido	1.086.157	1.060.948
Ajustes de conversão para IFRS referente período anterior	1.933	704
Ajuste taxa efetiva de juros	(a) (8.353)	(2.249)
Perdas esperadas	(b) (3.774)	4.329
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes IFRS	(c) 4.834	(851)
Patrimônio líquido conforme IFRS	1.080.797	1.062.881

b) Reconciliação do resultado apurado segundo as normas de contabilidade societária aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com o resultado apurado segundo IFRS:

Ref.	Exercícios	
	2022	2021
Resultado cfe. normas de contabilidade societária aplicável às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil	45.970	76.059
Atribuível a acionistas não controladores	290	2.038
Resultado líquido	46.260	78.097
Ajuste taxa efetiva de juros	(a) (8.353)	(2.249)
Perdas esperadas	(b) (3.774)	4.329
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes IFRS	(c) 4.834	(851)
Resultado líquido conforme IFRS	38.967	79.326

(a) Taxa efetiva de juros

Diferimento de encargos financeiros

As normas de contabilidade societária aplicadas às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil preveem que certos encargos relacionados a determinados ativos financeiros sejam reconhecidos no resultado no momento da originação da operação, outros encargos tais como, comissões pagas a lojistas e revendedores são registrados em rubrica de "Outros Ativos – Despesas Antecipadas" e reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo das respectivas operações.

As normas internacionais de relatório financeiro IFRS 9, determinam que os encargos incrementais diretamente atribuíveis às operações de crédito componham a taxa efetiva de juros da operação e sejam alocados ao resultado ao longo do prazo da operação, de forma exponencial, tomando por base esta taxa efetiva de juros. Desta forma, os encargos relacionados a comissões pagas aos lojistas e revendedores, bem como tarifas de serviços cobradas junto aos clientes, que possam ser diretamente atribuíveis às operações, em IFRS, fazem parte da taxa efetiva de juros e serão registradas nas contas de empréstimos, financiamentos e adiantamentos de clientes e serão reconhecidos nos resultados dos períodos, na rubrica "Receitas de Juros" pelo prazo das respectivas operações.

Notas Explicativas**(b) Perdas esperadas**

A provisão para devedores duvidosos, segundo as normas de contabilidade societária aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil é constituída com base nos requerimentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2682/99 que abrangem análise da carteira quanto aos riscos de perda, estratificação por faixas de vencimento e consideração a determinados parâmetros regulamentares.

A provisão para perdas esperadas de ativos financeiro, segundo o IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, seguindo a critério de perda esperada. Essas perdas são mensuradas nas seguintes bases:

- a) Perdas de crédito esperada para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e
- b) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia e sua controlada mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Em decorrência destas diferenças de critérios, a Administração da Companhia e sua controlada realizou ajustes nos livros contábeis segundo as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS, para refletir as definições do IFRS 9.

(c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

As diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas quando da aplicação das normas internacionais de relatório financeiro - IFRS geram ativos e passivos diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social, os quais foram reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada.

CONTADORA

ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS
CRC 1SP 232846/O-2

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Ao

Conselho de Administração, Acionistas e Administradores da
Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

Conforme descrito nas notas explicativas nº 02 (b) e nº 6, a constituição de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito das operações de crédito, obedece aos parâmetros exigidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 2.682/99, normativo que estabelece os critérios para classificação das operações de crédito e para constituição da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, divididos em nove faixas de risco, sendo “AA” o melhor rating e “H” o pior rating, que requerem um percentual mínimo a ser provisionado. A Companhia constitui, quando necessário, provisão acima do mínimo requerido pela referida Resolução, para tanto, se baseiam em análises internas considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira. Devido à relevância das operações de crédito, aos julgamentos relacionados à estimativa da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação das operações de crédito, formalização das análises, registro nos sistemas, classificação nos nove níveis de risco de crédito, de AA até H, revisões desses riscos, bem como o processo de apuração e registro das provisões para perda esperada associada ao risco de crédito das operações de crédito.

Avaliamos com base em amostragem, as informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pela Companhia com base nas políticas internas de crédito, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, e informações relacionadas às garantias obtidas, incluindo os métodos internos e premissas utilizadas para a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Analizamos o cálculo aritmético incluído na avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Por fim, analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são apropriadas em relação às normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e

registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

? Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

? Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

? Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

? Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

? Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

? Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que

identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo Contador CRC 1SP252419/O-0

Ao
Conselho de Administração, Acionistas e Administradores da
Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação a Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Perdas esperadas de operações de crédito e adiantamentos

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2(e) e nº 7, a Companhia e sua controlada revisam de maneira contínua sua carteira de operações de crédito e adiantamentos, avaliando a estimativa de perda esperadas de suas operações de crédito e adiantamentos. A Companhia e sua controlada possuem políticas internas e modelos de apuração de perdas esperadas de operações sujeitas ao risco de crédito que exigem, por sua natureza, a utilização de julgamentos e premissas por parte da Companhia e da sua controlada, que incluem análise de fatores macroeconômicos, além de informações sobre o cliente, produto, garantias prestadas, histórico financeiro entre outros.

Devido à relevância das operações de crédito e adiantamentos aos julgamentos relacionados à determinação da estimativa das perdas esperadas das operações de crédito e adiantamentos, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação das operações de crédito, formalização das análises e revisões de riscos de crédito. Adicionalmente, avaliamos os modelos, premissas e dados utilizados pela Companhia e por sua controlada para mensurar as perdas esperadas das operações sujeitas ao risco de crédito, incluindo as premissas e dados utilizados para determinação das perdas esperadas por meio da aplicação de cálculos estatísticos para avaliação da performance e estabilidade desses modelos desenvolvidos pela Companhia e por sua controlada. Com base em amostragens, analisamos documentos suporte preparados pela Companhia e por sua controlada para fundamentar o cálculo, a contabilização e divulgação das perdas esperadas de operações de créditos analisados de acordo com as regras aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis a mensuração das perdas esperadas das operações de crédito e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras

consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia e sua controlada é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e da sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

? Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

? Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

? Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

? Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

? Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

? Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram

considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo Contador CRC 1SP252419/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram, por unanimidade: a) O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022, elaborados com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e, no que não conflitarem, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; b) As Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2022, comparadas com as Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2021, preparadas com base no IFRS, de acordo com as Normas e Interpretações adotadas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), traduzidas para a língua portuguesa pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), em atendimento à Resolução nº 4.818/20 e ao Comunicado nº 14.259/06, ambos do Banco Central do Brasil; e c) O Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários".

São Paulo - SP, 16 de fevereiro de 2023

Ailton Carlos Canette

Paulo Caio Ferraz de Sampaio

Nelson Marcelino

Fernando Pinto de Moura

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO 2º SEMESTRE DE 2022 ENCERRADO EM 31 DEZEMBRO DE 2022

Introdução

O Comitê de Auditoria constituído pelo Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Alfa, exerce as atribuições e responsabilidades previstas em dispositivos legais e em seu regulamento, desenvolvendo suas atividades no referido Banco e nas seguintes empresas: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.

Atividades do Comitê

O Comitê reuniu-se 12 (doze) vezes no período de julho a dezembro de 2022 com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das empresas do Conglomerado, abordando, em especial, assuntos relacionados com demonstrações financeiras, provisões, controles internos e compliance, combate à lavagem de dinheiro, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e B3-Brasil, Bolsa e Balcão, discutindo as providências adotadas.

Administração de Riscos

Mantendo a sinergia com o Comitê de Riscos o Comitê de Auditoria realizou reunião semestral com o Diretor e Gerente Geral de Administração de Riscos, acompanhando de forma mais focada os aspectos relevantes e enquadramentos definidos pela administração.

Ouvidoria

Norteados pelo disposto na Resolução do BACEN nº 4.860, de 23.10.2020 e suas alterações subsequentes, o Comitê acompanhou e monitorou as atividades da Ouvidoria, mediante reuniões e relatórios por ela produzidos.

Controles Internos

O Comitê acompanhou as atividades da área de Compliance e Controles Internos considerando-as adequadas às necessidades das empresas do Conglomerado. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o Compliance Regulatório através do cumprimento das regras internas e legais vigentes. O monitoramento, realizado por meio de questionários referentes aos pontos de controle, é analisado pela área responsável, auditoria interna e externa. O Comitê entendeu que o sistema de controles internos está adequado ao porte e complexidade de negócios do Conglomerado.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro

O Comitê acompanhou as atividades da área de Compliance e Controles Internos relativos às análises reputacionais e verificações KY ("conheça seu"), monitoramento de alertas e discutiu os processos das empresas do Conglomerado com relação às atividades de prevenção de lavagem de dinheiro.

Segurança da Informação

O Comitê de Auditoria tomou conhecimento das atividades realizadas pelas áreas de Segurança da Informação/TI, Controles Internos e Auditoria Interna, como da implantação de ações que compõem o plano integrado de segurança da informação:

Ações concluídas:

i. Segurança da Informação (1ª Linha)

- a. Conclusão da migração do serviço de Gestão de Vulnerabilidade – nov/2022.
- b. Definido que será mantido o contrato com a Axur, em complemento à PWC, para prestação do serviço de Threat Intelligence (monitoramento de marca, páginas falsas, deepweb, etc.).

ii. Gestão de Riscos e Controles Internos (2ª linha)

- c. Etapa 1 de entrevistas – gestores de TI/LGPD - para mapeamento de processos;
- d. Apresentação ao GIRC e ao Comitê de Riscos, sobre os resultados do mapeamento de Segurança de TI, identificando a maturidade atual x cenário desejado;
- e. O resultado das entrevistas foi enviado aos gestores de TI/LGPD, para elaborar durante o 1º tri/2023 os respectivos planos de ação para o aumento da maturidade em segurança cibernética;

Ações em andamento:

i. Segurança da Informação (1ª Linha):

- a. Implantação do portal PWC com foco em Threat Intelligence.

ii. Gestão de Riscos e Controles Internos (2ª linha):

- a. Etapa 2 de entrevistas – gestores das Áreas de Negócios - para mapeamento de processos e elaboração dos planos de ação de Segurança da Informação – até jun/2023;
- b. Inclusão de todas as áreas que participam do GIRC no serviço de avaliação e compliance de segurança de nuvens (recurso exclusivo para a nuvem da Amazon), recentemente contratado – este processo ocorrerá ao longo de 2023.

iii. Auditoria Interna (3ª Linha):

- a. Monitoramento testes de penetração – atividade contínua;
- b. Avaliação sobre a evolução das ações da 2ª linha – a Auditoria emitirá parecer durante o 1º tri/2023;
- c. Trabalho específico na ferramenta DLP (Data Loss Prevention) – conclusão prevista para o 1º tri/2023;
- d. Trabalho específico em LGPD – conclusão prevista para o 1º tri/2023.

Ações futuras

i. Gestão de Riscos e Controles Internos (2ª linha):

- a. Monitorar a implementação dos planos de ação enviados pela TI, LGPD e áreas de negócios;
- b. Reavaliação da maturidade da estrutura de SI do conglomerado após implementação dos planos de ação.

ii. Auditoria Interna (3ª Linha):

- a. Follow up dos planos de ação que serão apresentados pelos gestores de TI/LGPD à 2ª linha.

Auditoria Externa e Interna

A empresa de Auditoria Externa KPMG Auditores Independentes, é responsável pela prestação dos serviços de auditoria das Empresas Financeiras e dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco Alfa de Investimento S.A.

Com relação à Auditoria Externa, o Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis: a) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado, base 31.12.2022; b) prévia do Relatório referente à Circular BACEN nº 3.467/2009 e nº 2.682/1999; c) relativamente aos Fundos de Investimento tivemos a avaliação do primeiro semestre de 2022.

Com relação à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações.

Ressalta-se ainda que, durante o semestre o Comitê de Auditoria, não foi acionado em nenhum momento, nem tampouco se deparou com qualquer situação que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias na condução de suas atividades.

Quanto aos trabalhos realizados pelas Auditorias, há de se frisar que nenhuma falha relevante foi constatada ou apontada, e que viesse a prejudicar ou afetar as Demonstrações Financeiras das empresas do Conglomerado.

Dessa forma, o Comitê concluiu como satisfatórias as atuações e trabalhos realizados pelas Auditorias.

Demonstrações Financeiras

Considerando as avaliações satisfatórias das atuações das áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Externa, bem como os contatos mantidos com a área de Controladoria, responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, e ainda, as constantes análises e exames procedidos pelo Comitê em relatórios, mapas e posições utilizados pelas mesmas para comprovação e confirmação de seus dados, conclui o Comitê de Auditoria que as Demonstrações Financeiras do semestre encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo as das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, atendem aos requisitos de integridade, qualidade, transparência e visibilidade, inclusive quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelas normas vigentes.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

Adilson Herrero
Ciderlene Justino de Souza
Paulo Aluizio Machado de Andrade

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

RESUMO DO RELATORIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2022

Introdução

O Comitê de Auditoria constituído pelo Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Alfa, exerce as atribuições e responsabilidades previstas em dispositivos legais e em seu regulamento, desenvolvendo suas atividades no referido Banco e nas seguintes empresas: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.

Atividades do Comitê

O Comitê reuniu-se 12 (doze) vezes no período de julho a dezembro de 2022 com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das empresas do Conglomerado, abordando, em especial, assuntos relacionados com demonstrações financeiras, provisões, controles internos e compliance, combate à lavagem de dinheiro, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e B3-Brasil, Bolsa e Balcão, discutindo as providências adotadas.

Administração de Riscos

Mantendo a sinergia com o Comitê de Riscos o Comitê de Auditoria realizou reunião semestral com o Diretor e Gerente Geral de Administração de Riscos, acompanhando de forma mais focada os aspectos relevantes e enquadramentos definidos pela administração.

Ouvidoria

Norteados pelo disposto na Resolução do BACEN nº 4.860, de 23.10.2020 e suas alterações subsequentes, o Comitê acompanhou e monitorou as atividades da Ouvidoria, mediante reuniões e relatórios por ela produzidos.

Controles Internos

O Comitê acompanhou as atividades da área de Compliance e Controles Internos considerando-as adequadas às necessidades das empresas do Conglomerado. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o Compliance Regulatório através do cumprimento das regras internas e legais vigentes. O monitoramento, realizado por meio de questionários referentes aos pontos de controle, é analisado pela área responsável, auditoria interna e externa. O Comitê entendeu que o sistema de controles internos está adequado ao porte e complexidade de negócios do Conglomerado.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro

O Comitê acompanhou as atividades da área de Compliance e Controles Internos relativos às análises reputacionais e verificações KY ("conheça seu"), monitoramento de alertas e discutiu os processos das empresas do Conglomerado com relação às atividades de prevenção de lavagem de dinheiro.

Segurança da Informação

O Comitê de Auditoria tomou conhecimento das atividades realizadas pelas áreas de Segurança da Informação/TI, Controles Internos e Auditoria Interna, como da implantação de ações que compõem o plano integrado de segurança da informação:

Ações concluídas:

- i. Segurança da Informação (1ª Linha)
 - a. Conclusão da migração do serviço de Gestão de Vulnerabilidade – nov/2022.
 - b. Definido que será mantido o contrato com a Axur, em complemento à PWC, para prestação do serviço de Threat Intelligence (monitoramento de marca, páginas falsas, deepweb, etc.).
- ii. Gestão de Riscos e Controles Internos (2ª linha)
 - c. Etapa 1 de entrevistas – gestores de TI/LGPD - para mapeamento de processos;
 - d. Apresentação ao GIRC e ao Comitê de Riscos, sobre os resultados do mapeamento de Segurança de TI, identificando a maturidade atual x cenário desejado;
 - e. O resultado das entrevistas foi enviado aos gestores de TI/LGPD, para elaborar durante o 1º tri/2023 os respectivos planos de ação para o aumento da maturidade em segurança cibernética;

Ações em andamento:

- i. Segurança da Informação (1ª Linha):
 - a. Implantação do portal PWC com foco em Threat Intelligence.
- ii. Gestão de Riscos e Controles Internos (2ª linha):
 - a. Etapa 2 de entrevistas – gestores das Áreas de Negócios - para mapeamento de processos e elaboração dos planos de ação de Segurança da Informação – até jun/2023;

b. Inclusão de todas as áreas que participam do GIRC no serviço de avaliação e compliance de segurança de nuvens (recurso exclusivo para a nuvem da Amazon), recentemente contratado – este processo ocorrerá ao longo de 2023.

iii. Auditoria Interna (3ª Linha):

a. Monitoramento testes de penetração – atividade contínua;

b. Avaliação sobre a evolução das ações da 2ª linha – a Auditoria emitirá parecer durante o 1º tri/2023;

c. Trabalho específico na ferramenta DLP (Data Loss Prevention) – conclusão prevista para o 1º tri/2023;

d. Trabalho específico em LGPD – conclusão prevista para o 1º tri/2023.

Ações futuras

i. Gestão de Riscos e Controles Internos (2ª linha):

a. Monitorar a implementação dos planos de ação enviados pela TI, LGPD e áreas de negócios;

b. Reavaliação da maturidade da estrutura de SI do conglomerado após implementação dos planos de ação.

ii. Auditoria Interna (3ª Linha):

a. Follow up dos planos de ação que serão apresentados pelos gestores de TI/LGPD à 2ª linha.

Auditoria Externa e Interna

A empresa de Auditoria Externa KPMG Auditores Independentes, é responsável pela prestação dos serviços de auditoria das Empresas Financeiras e dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco Alfa de Investimento S.A.

Com relação à Auditoria Externa, o Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis: a) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado, base 31.12.2022; b) prévia do Relatório referente à Circular BACEN nº 3.467/2009 e nº 2.682/1999; c) relativamente aos Fundos de Investimento tivemos a avaliação do primeiro semestre de 2022.

Com relação à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações.

Ressalta-se ainda que, durante o semestre o Comitê de Auditoria, não foi acionado em nenhum momento, nem tampouco se deparou com qualquer situação que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias na condução de suas atividades.

Quanto aos trabalhos realizados pelas Auditorias, há de se frisar que nenhuma falha relevante foi constatada ou apontada, e que viesse a prejudicar ou afetar as Demonstrações Financeiras das empresas do Conglomerado.

Dessa forma, o Comitê concluiu como satisfatórias as atuações e trabalhos realizados pelas Auditorias.

Demonstrações Financeiras

Considerando as avaliações satisfatórias das atuações das áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Externa, bem como os contatos mantidos com a área de Controladoria, responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, e ainda, as constantes análises e exames procedidos pelo Comitê em relatórios, mapas e posições utilizados pelas mesmas para comprovação e confirmação de seus dados, conclui o Comitê de Auditoria que as Demonstrações Financeiras do semestre encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo as das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, atendem aos requisitos de integridade, qualidade, transparência e visibilidade, inclusive quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelas normas vigentes.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

Adilson Herrero

Ciderlene Justino de Souza

Paulo Aluizio Machado de Andrade

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram: (i) O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022, elaborados com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e, no que não conflitarem, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e (ii) Concordaram com o conteúdo do correspondente Parecer dos Auditores Independentes, nos termos do artigo 27, parágrafo primeiro, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80/22.

São Paulo - SP, 16 de fevereiro de 2023.

Fabio Alberto Amorosino
Diretor Presidente
Antonio José Ambrozano Neto
Diretor
Fabiano Siqueira de Oliveira
Diretor
Felipe Barbosa da Silveira e Silva
Diretor
Marcelo Borba Bauer
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram: (i) O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022, elaborados com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e, no que não conflitarem, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e (ii) Concordaram com o conteúdo do correspondente Parecer dos Auditores Independentes, nos termos do artigo 27, parágrafo primeiro, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80/22.

São Paulo - SP, 16 de fevereiro de 2023.

Fabio Alberto Amorosino
Diretor Presidente
Antonio José Ambrozano Neto
Diretor
Fabiano Siqueira de Oliveira
Diretor
Felipe Barbosa da Silveira e Silva
Diretor
Marcelo Borba Bauer
Diretor